

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**SANAE FERREIRA DE SOUZA**

**PRODUÇÃO DO GUARANÁ (PAULLINIA CUPANA): MONOPOLIZAÇÃO DO  
TERRITÓRIO PELO CAPITAL NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM**

**MANAUS  
2022**

**SANAE FERREIRA DE SOUZA**

**PRODUÇÃO DO GUARANÁ (PAULLINIA CUPANA): MONOPOLIZAÇÃO DO  
TERRITÓRIO PELO CAPITAL NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre. Área de concentração: Território, Espaço e Cultura na Amazônia.

**Orientador:** Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz

**MANAUS  
2022**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729p Souza, Sanae Ferreira de  
Produção do guaraná (Paullinia cupana) : monopolização do território pelo capital no município de Barreirinha/AM / Sanae Ferreira de Souza . 2022  
110 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Manuel de Jesus Masulo da Cruz  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Produção do guaraná. 2. Monopolização. 3. Uso do território. 4. Camponês. I. Cruz, Manuel de Jesus Masulo da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## *Dedicatória*

*Aos meus avós, Maria Ferreira de Souza e João Raimundo de Souza Filho, a quem serei grata por todo apoio educacional desde o início da minha vida acadêmica.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer ao professor Dr. Manoel de Jesus Masulo da Cruz por aceitar a me orientar neste trabalho e aos demais examinadores professora Dra. Ana Paulina Aguiar e a professora Dra. Amélia Regina pelas observações feitas neste trabalho.

Aos camponeses do município de Barreirinha/AM, por ceder um pouco do tempo para responder as perguntas que foram essenciais para a construção deste trabalho.

À minha família, pelo apoio e compreensão, minha mãe Elisa Sônia que sempre acreditou no meu potencial, minha tia Jônia Ferreira que aceitou a me acompanhar nas pesquisas de campo. Ao meu noivo José Leno que sempre me incentivou e me apoiou.

As instituições como Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPA)-Barreirinha/AM, dentre outras instituições que cederam a entrevista para este trabalho.

Ao meu colega, Luis Felipe da Silva, merece uma página inteira de agradecimento (rsr), pelas longas conversas e estudos acadêmicos que fazíamos para ingressar no Mestrado em Geografia, e nos serviu para o momento presente. Amigo que a Geografia me deu.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento da pesquisa.

À Todos que indiretamente participaram desta pesquisa, meu muito obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho analisa sobre o processo da produção do guaraná e a monopolização do território pelos agentes monopolizadores, localizados na cidade de Parintins/AM, em uma perspectiva comercial. O conhecimento que se tem sobre o guaraná na Amazônia é desde o século XVII, e os principais conhecedores da planta são os indígenas Sateré-Mawé, que já possuíam relações comerciais, porém a partir do século XIX e XX, essas relações se tornaram mais evidentes, os próprios indígenas começaram a estabelecer políticas para a comercialização do guaraná. Compreender a Monopolização sob os aspectos (sociais, econômicos e políticos), para isto foi necessário pesquisa de campo no ano de 2019, 2020 e 2021; reunião com os camponeses; formulário semiestruturado; câmeras fotográficas, caderno para anotação; tabelas para comparações de dados; entrevistas com atravessadores, instituições representantes do Consórcio Sateré-Mawé e leituras bibliográficas. A produção do guaraná tem uma potencialidade para indústria de cosméticos, Consórcio, Associações, Atravessadores e Empresa estão envolvidos no processo de comercialização do guaraná, o camponês é o principal fornecedor dessa matéria prima, pois usam os produtos oriundos da biodiversidade, visto que, a ligação que os camponeses estabelecem com o espaço geográfico é para sua sobrevivência, sendo que sua produção serve em primeiro lugar para suprir suas necessidades materiais e simbólicas. A escolha da localização produtiva é importante na organização do território e também no seu uso, a produção do guaraná tem uma forte influência no modo de vida dos camponeses e principalmente para a empresa francesa *Guaiampy Tropical*, Ong italiana, *Comerzio para il Terceiro Mund*, e Beraca.

**Palavras chaves:** Produção do guaraná; Monopolização; Uso do território; Camponês.

## ABSTRACT

The present work analyzes the process of guaraná production and the monopolization of the territory by the monopolizing agents, located in the city of Parintins/AM, in a commercial perspective. The knowledge that we have about guaraná in the Amazon is since the seventeenth century, and the main connoisseurs of the plant are the indigenous Sateré - Mawé, who already had trade relations, but from the nineteenth and twentieth century, these relations have become more evident, the Indians themselves began to establish policies for the marketing of guarana. To understand the Monopolization under the aspects (social, economic and political), for this it was necessary field research in the year 2019, 2020 and 2021; meeting with farmers; semi-structured form; cameras, notebook for notes; tables for comparison of data; interviews with middlemen, institutions representatives of the Consórcio Sateré- Mawé and bibliographic readings. The production of guaraná has a potentiality for the cosmetics industry, Consortium, Associations, Dealers and Company are involved in the process of commercialization of guaraná, the peasant is the main supplier of this raw material, because they use the products derived from the biodiversity, since the connection that peasants establish with the geographical space is for their survival, and their production serves primarily to meet their material and symbolic needs. The choice of the productive location is important in the organization of the territory and also in its use, the guaraná production has a strong influence in the peasants' way of life and mainly for the French company Guaiampy Tropical, Italian NGO, Comercio para il Terceiro Mund, and Beraca.

**Key words:** Guaraná production; Monopolization; Territory use; Peasant.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA-AM .....	14
FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DIVINO ESPÍRITO SANTO DO CASTANHAL .....	15
FIGURA 3: SEMENTE DO GUARANÁ SENDO COLOCADA NA SEMENTEIRA	23
FIGURA 4: AS MUDAS DO GUARANÁ NOS SACOS POLIETILENO .....	23
FIGURA 5: PROCESSO PRODUTIVO MANUAL DO DESCAMENTO .....	25
FIGURA 6: USO DE MÁQUINAS NO DESCAMENTO DO GUARANÁ II .....	25
FIGURA 7: TRICICLO UTILIZADO PARA TRANSPORTAR O GUARANÁ .....	26
FIGURA 8: COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA BIODIVERSIDADE.....	47
FIGURA 9: FRUTO DO GUARANÁ COM ANTRACNOSE .....	50
FIGURA 10: FRUTO DO GUARANÁ VERDE .....	51
FIGURA 11: PRONTO PARA TORREFAÇÃO.....	51
FIGURA 12: FORNO DE BARRO PARA TORREFAÇÃO .....	52
FIGURA 13: ARMAZENAMENTO DO GUARANÁ EM CAIXAS .....	53
FIGURA 14: SELO DE IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PROCEDÊNCIA. ...	57
FIGURA 15: ROÇADOS DE GUARANÁ NA COMUNIDADE DIVINO ESPÍRITO SANTO DO CASTANHAL- BARREIRINHA/AM.....	59
FIGURA 16: CULTIVO DO GUARANÁ EM LINHA.....	60
FIGURA 17: TRANSPORTE USADO PARA TRANSPORTAR PRODUTOS .....	61
FIGURA 18:ARMAZENAMENTO DO GUARANÁ NO CONSÓRCIO.....	63
FIGURA 19: CASCA DO GUARANÁ UTILIZADA PARA ADUBO .....	64
FIGURA 20: ANO DA FUNDAÇÃO DO PROJETO VINTEQUILOS .....	66
FIGURA 21: POUSADA VINTEQUILO EM CONSTRUÇÃO .....	67
FIGURA 22: MUDAS DE GUARANÁ.....	69
FIGURA 23: CAMPONESES FAZENDO A COLHEITA EM CESTO .....	70
FIGURA 24: LOGOMARCA DO GUARANÁ .....	71
FIGURA 25: GUARANÁ SENDO TRANSPORTADO DAS COMUNIDADES, PARA A CIDADE DE PARINTINS .....	75
FIGURA 26: RABETA UTILIZADA PARA TRANSPORTAR O GUARANÁ .....	76
FIGURA 27: PROCESSOS DE RECEPÇÃO DAS SACAS DE GUARANÁ .....	77
FIGURA 28: EMBALAGEM DA GUAYAPI.....	80
FIGURA 29: LOGOMARCA DA EMPRESA GUAYAPI TROPICAL .....	80
FIGURA 30: PLACA DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PARINTINS .....	82
FIGURA 31: UNIDADE ADMINISTRATIVA .....	84
FIGURA 32: UNIDADE DE BENEFICIAMENTO .....	85
FIGURA 33: ALTURA DA PLANTA DO GUARANÁ .....	88
FIGURA 34: PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA .....	93
FIGURA 35: MÁQUINA ADAPTADA PARA DESCASCAR O GUARANÁ .....	94
FIGURA 36: UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA .....	97

## LISTA DE QUADRO

QUADRO 1: OCUPAÇÃO DOS SATERÉ-MAWÉ NA ÁREA URBANA E NA TERRA INDÍGENA.....	19
QUADRO 2: POPULAÇÃO NA TERRA INDÍGENA -AMARAU.....	21
QUADRO 3: ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A FAMÍLIA CAMPONESA..	36
QUADRO 4: PRINCIPAIS EVENTOS QUE MARCARAM A HISTÓRIA DO GUARANÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX .....	39
QUADRO 5: COMERCIALIZAÇÃO DO GUARANÁ PELOS CAMPONESES E POVOS INDÍGENAS .....	45
QUADRO 6: COMUNIDADES CADASTRADAS.....	48
QUADRO 7: CALENDÁRIO AGRÍCOLA DA PRODUÇÃO DO GUARANÁ .....	56
QUADRO 8: COMUNIDADES CAMPONESAS QUE COMERCIALIZAM COM AGENTES MONOPOLIZADORES.....	62
QUADRO 9: ALGUNS PRODUTOS QUE SÃO COMERCIALIZADOS PELA GUAYAPI TROPICAL.....	87

## **DIAGRAMA**

DIAGRAMA 1: PROCESSO DA PRODUÇÃO DO GUARANÁ.....	54
DIAGRAMA 2: PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO GUARANÁ .....	78
DIAGRAMA 3: PROCESSO DA TORREFAÇÃO DO GUARANÁ .....	85
DIAGRAMA 4: PRINCIPAIS IDEIAS NA TEORIA AGRÁRIA DE CHAYANOV (1925).....	92

## **LISTA DE SIGLA**

CGTSM- Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé

CPSM - Sateré- Mawé, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé

EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

IDAM- Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SEMPA- Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1: PRODUÇÃO COMERCIAL DO GUARANÁ NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA-AM</b> .....	19
1.1A produção do guaraná em Barreirinha- AM: Domesticação do guaraná pelos indígenas e camponeses .....	19
1.2 Existência do campesinato no médio rio Amazonas .....	29
1.3 Comercializações do guaraná e os agentes monopolizadores do território no município de Barreirinha-AM.....	39
<b>II CAPÍTULO: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE TRABALHO NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ</b> .....	51
2.1 O guaraná orgânico produzido pelos camponeses .....	51
2.2 A inserção dos camponeses na produção do guaraná pelo Consórcio dos Produtores Sateré Mawé (CPSM) .....	59
2.3 O projeto VinteQuilos das populações ribeirinhas e da etnia indígenas Sateré-Mawé da região do Médio Amazonas.....	65
<b>III CAPÍTULO: REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO GUARANÁ E O USO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL</b> .....	74
3.1 Agentes monopolizadores do território no município de Barreirinha-AM.....	74
3.2 Criação do Consórcio dos Produtores Sateré Mawé e sua atuação nas comunidades camponeses na produção do guaraná orgânico .....	83
3.3 A reprodução dos camponeses diante da monopolização do território.....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105

## INTRODUÇÃO

Com o crescimento do mercado de guaraná (*Paullinia cupana*), que é considerado essencial para as indústrias de refrigerante, algumas regiões desenvolvem a prática de cultivo, como é o caso da região norte, mais especificamente o Estado do Amazonas, alguns municípios estão envolvidos com a prática de cultivo do guaraná, em que comunidades do município de Barreirinha participam desse processo. O cultivo do guaraná é bastante antigo, cultivado pelos Sateré-Mawé, que domesticaram e utilizavam somente para seu próprio consumo, o que foi registrado no século XVII. Com a chegada dos europeus, o conhecimento que se tinha sobre o guaraná se expandiu e deu lugar ao comércio. Para isso, novos sujeitos, como camponeses, tornaram-se cultivadores do guaraná, os quais passaram a predominar na produção, nesse sentido, já não era somente os índios que detinham a produção do guaraná, e sim, camponeses, isso a partir do final do século XIX e início do século XX. No ano de 1964, as empresas Antártica e Fábrica Andrade, começaram a se inserir na compra do guaraná no baixo Amazonas, vale ressaltar que no ano de 1970, Maués detinha a maior produção de guaraná do Brasil, que no decorrer dos anos, foi se especializando para outros municípios do estado do Amazonas, como Barreirinha, Urucará, Parintins e outros.

Ademais, no ano de 1990, surgiu uma nova organização política, estabelecida pelos Sateré- Mawé, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), a qual foi constituída a partir do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM). Nessa conjuntura, algumas comunidades do município de Barreirinha são associadas pela organização, principalmente as comunidades da Área Indígena e camponeses, porém, o foco desta pesquisa, será nas comunidades camponesas, Barreira do Andirá, Freguesia do Andirá e Divino Espírito Santo do Castanhal. É importante ressaltar que essas comunidades camponesas não trabalham somente com o guaraná, uma vez que comercializa outros produtos: andiroba, (*Carapaguaianensis*) urucum (*Bixaorellana*), entre outros.

O guaraná era, a princípio, preparado somente pelos Sateré-Mawé, como elemento social, cultural e alimentar, os quais desenvolveram uma territorialidade no uso da terra, das técnicas e da produção. Essa territorialidade é marcada ainda pelo significado e pela história que tem o guaraná enquanto atividade de trabalho, assim como patrimônio cultural.

Diante da relevância do mercado externo pela compra do guaraná, houve a necessidade de ampliação das áreas de cultivo, o que rompeu com os limites de Maués, que atualmente estende-se até o município de Barreirinha, nas margens dos rios Andirá, Maués- Açú e Paraná do Ramos. Além disso, a comercialização do guaraná, no município de Barreirinha, é realizada pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), por atravessadores e pela empresa Coca-Cola.

Logo, este trabalho tem como propósito, compreender sobre essa monopolização do território pelo capital na produção do guaraná, visto que existe uma lacuna de estudo sobre monopolização do guaraná no município de Barreirinha.

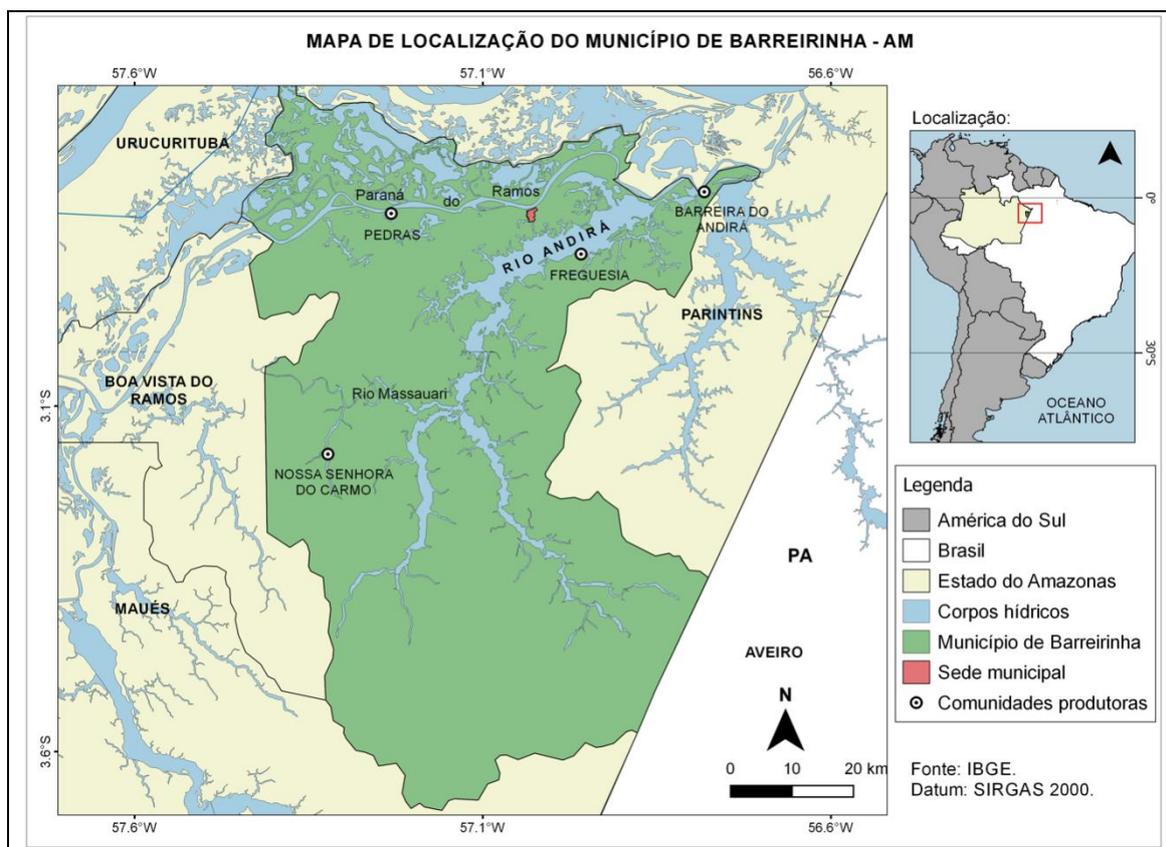
Nesse sentido, a maioria dos camponeses que residem nas comunidades citadas são oriundas dos municípios de Nova Olinda do Norte, Parintins, Nhamudá e de algumas comunidades próximo de Barreirinha. Vale destacar, que são os camponeses que se autodenominam produtores, extrativistas, agricultores, entre outros. No entanto, analiticamente, os tratarei como camponeses, pois o trabalho com a terra, o contato com a natureza, é uma prática passada de pai para filho, em que “desde pequena a criança aprende a conhecer tudo que existe a seu redor seguindo os pais e irmãos mais velhos. Aprende a arte de andar de canoa e orientar-se pelos caminhos do mato” (UGGÉ, 1993, p.21). Sobre o termo “camponês” esse é uma mistificação uma vez que, “os camponeses não podem ser compreendidos sem sua estrutura societária mais geral, pode ser usado e tem sido usado como mistificação” (SHANIN, 2005, p.2).

Historicamente, foram os povos indígenas que domesticaram a cultura do guaraná na Amazônia, primordialmente, como elemento social, cultural e alimentar, ao desenvolverem uma territorialidade no uso da terra, das técnicas e da produção. Essa territorialidade é marcada ainda pelo significado e pela história que o guaraná tem enquanto atividade de trabalho, assim como patrimônio cultural.

Nesse contexto, tradicionalmente, o guaraná é cultivado há muito tempo na região que engloba o município de Maués, a qual se estende até o município de Barreirinha, nas margens dos rios Andirá, Maués- Açú e Paraná do Ramos. Além disso, o guaraná era a princípio, preparado somente pelos povos indígenas e seu uso começou a se espacializar, devido à demanda pelas indústrias de refrigerantes e cosméticos, porém não se distingue de outros produtos oriundos da biodiversidade. Dessa forma, o guaraná adentra na lógica impulsionada por uma crescente demanda das indústrias e, por isso, novas áreas produtivas consolidaram-se e expandiram para além de Maués,

cuja produção é comercializada para o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), na forma de guaraná em rama (semente seca), em que acontece as transformações socioeconômicas, como a troca de mercadoria por dinheiro e vice-versa. É importante compreender as diversas características perceptíveis pelo processo de monopolização, na (figura1) observa-se a localização das comunidades estudadas, sendo que Barreirinha detém a produção do guaraná e Parintins a localização dos agentes monopolizadores.

**FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA-AM**



Fonte: LANDSAT 5 TM 2005

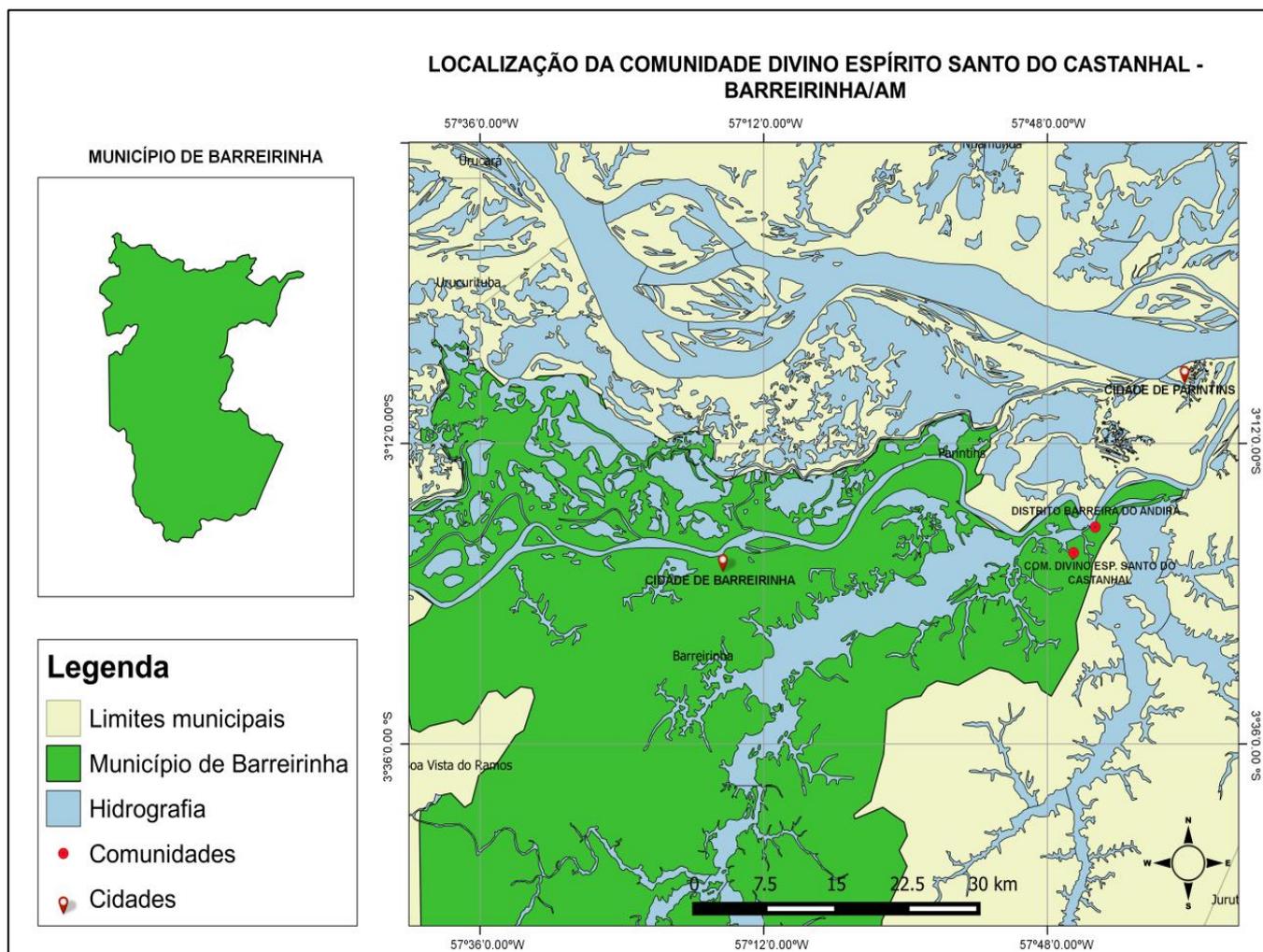
Para esta pesquisa foram abordados os principais conceitos que norteiam este trabalho, que leva em consideração os autores clássicos e contemporâneos, principalmente da área de Geografia Agrária Brasileira. No desenvolvimento deste estudo discutiu-se sobre o conceito de camponês, território, territorialidade e monopolização do território pelo capital, os quais são os mais relevantes em relação à temática em questão.

Este estudo é de caráter exploratório baseada em abordagens teórico-empíricas, sendo assim, o percurso metodológico foi dividido em referência bibliográfica sobre

constituição histórica dos camponeses na produção do guaraná no município Barreirinha, reuniões com os camponeses, em que foi explicado o propósito deste trabalho, assim como pesquisa de campo na unidade de produção, para entender como são realizados os cultivos do guaraná e compreender o processo da comercialização, além de entrevistas com os órgãos ligados à comercialização do guaraná (Consórcio, atravessadores, empresas), a fim de identificar as características do processo de monopolização do território pelo capital.

A área de estudo contempla as comunidades Distrito de Barreira do Andirá, Freguesia do Andirá e Divino Espírito do Santo do Castanhal no município de Barreirinha-AM. A primeira comunidade estudada foi Divino Espírito Santo do Castanhal. (Figura 2).

**FIGURA 2: LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DIVINO ESPÍRITO SANTO DO CASTANHAL**



Fonte: Base cartográfica IBGE, 2010.Org: Arenilton Serrão, 2017.

Assim, foi feito o acompanhamento dos camponeses em suas áreas de cultivo, sua organização social de trabalho. A partir disso, foi possível observar como é realizada a produção do guaraná para comercialização, para tal utilizamos os seguintes materiais: câmeras fotográficas para registrar os espaços de cultivos; gravador de voz, para registrar as entrevistas com os sujeitos da pesquisa; formulário semi-estruturado, pois consideramos que a qualquer momento os camponeses poderiam levantar outras questões, que não estivessem contempladas nos formulários.

Foram realizadas entrevistas com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) e Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPA), com o objetivo de entender como é realizada a assistência técnica na produção do guaraná. Além disso, foram realizadas entrevistas com o presidente do Consórcio dos Produtores Sateré-Maué (CPSM) e atravessadores. Vale ressaltar, que o Consórcio e os atravessadores estão localizados na cidade de Parintins- AM, logo, somente compram a produção do município de Barreirinha.

Os três capítulos da dissertação estão divididos da seguinte forma: O primeiro capítulo “Produção comercial do guaraná no município de Barreirinha-AM”, aborda a questão da domesticação do guaraná pelos indígenas e camponeses, a partir disso compreender a sua comercialização e os agentes monopolizadores que estão inseridos nesse processo.

O segundo capítulo intitulado “Organização social de trabalho na produção do guaraná” contextualiza sobre as diversas formas que os camponeses trabalham em sua unidade, uma delas, é o guaraná orgânico, e outros produtos que são oriundos da biodiversidade.

O terceiro capítulo, “Rede de comercialização do guaraná e o uso do território pelo capital” trata sobre as relações comerciais com os agentes monopolizadores, Consórcio dos Produtores Sateré- Maué, Coca-Cola, atravessadores.

## CAPÍTULO 1: PRODUÇÃO COMERCIAL DO GUARANÁ NO MUNICÍPIO DE BARREIRINHA-AM

### 1.1 A produção do guaraná em Barreirinha- AM: Domesticação do guaraná pelos indígenas e camponeses

O cultivo do guaraná (*Paullinia cupana*) é típico da região Tapajós e Madeira, e por ser uma planta domesticada pelos Sateré-Mawé recebeu o nome de *Wará* devido à história que o guaraná tem, visto que antigamente havia um casal de índios que tinha um filho, porém foi amaldiçoado por ser filho de cobra, e os tios do menino resolveram matá-lo, depois disso, sua mãe Santa Maria disse:

Teus tios te fizeram morto, cortado, eles pensam que você vai sofrer muito, você não vai sofrer ser um coitadinho mas vai ser um invisível em todo os momentos. Você o guaraná, vai estar presente quando tomar o sapo, você vai ser como chefe para todos os povos, para fazer os trabalhos, sempre estará presente o guaraná, o meu filho único, você vai multiplicar-se e ficar em terra nova, vai ser um grande homem, você vai dar conselhos todos os dias. Depois ela olhou para o olho do filho, tirou o olho e foi para casa, enterrou, disse ao sabiá que cantasse perto do lugar onde estava enterrado a parte do filho, o sabiá tocava flauta bonita perto do filho de Santa Maria (UGGÉ, 1991p.40).

Com base nisso, pode-se perceber que o guaraná é o símbolo dos povos indígenas, por isso sua bebida é sagrada, devido a sua história. Ainda sobre isso, a planta é nativa da região norte, mas especificamente do Estado do Amazonas, é considerada espécie vegetal arbustiva e trepadeira, a qual pode atingir cerca de 10 metros de comprimento. Ademais, o fruto é envolvido por uma cápsula de cor laranja, que pode ter no máximo três sementes e no mínimo uma, que possui uma cor marrom, envolvida em um arilo branco. Suas folhas medem aproximadamente 20 centímetros, e são pertencentes à família das Sapindáceas, cujo nome provém do termo indígena "*varana*", que significa árvore que sobe apoiada em outra (MEHR *et al.*, 1996). O guaraná ainda é conhecido como guaraná-da-Amazônia, *guaranaina*, *uarana* ou *naranae* pertence à família das *sapindaceae*.

Humboldt (1769–1859) identificou o nome do guaranaeiro como sendo *cupana*, mais tarde o nome *Paullinia* foi adquirido por Lineu, em homenagem ao botânico Simon Pauli, por isso *Paullinia Cupana*. À vista disso, a planta foi domesticada, primeiramente, pelos Sateré- Mawé, que são descendentes da tribo Andirá e Maraguá,

pertencente ao Tapajós- Madeira, essa área é originária dos Sateré-Mawé, que se estende pelas ilhas Tupinambaranas e pelas cabeceiras do Rio Tapajós.

Uggê (1991) relata que esse povo indígena provavelmente faz parte da família linguística Tupi-guarani, o termo *Sateré* (Lagarta vermelha) é o nome que se dá ao clã dos antigos e, quanto ao termo *Mawé* (papagaio falante) esse é mais comum para denominar um dos grupos tribais que conseguiram sobreviver à extinção das numerosas tribos indígenas, da ilha Tupinambarana do “Baixo Amazonas”. Nesse sentido, havia uma territorialização pelos indígenas no Rio Tapajós e Madeira, uma vez que não se tem grupo social sem território, em outras palavras, não há território sem pessoas, sem relações de poder, “sem relação de dominação e/ ou apropriação do espaço, seja ela de caráter predominantemente material ou simbólico” (HAESBAERT, 2004, p.93). Assim, eles se recriam em novas formas de modo de vida, pois estão submetidos a novos fatores.

Nesse contexto, os exploradores, missionários, naturalistas e antropólogos identificaram o termo *Mawé* como: *Mabué*, *Manguases*, *Maraguá*, *Maooz*, dentre outros. Os Sateré-Mawé costumam identificar seu lugar de origem como *Nusoken*, que para eles significa a memória simbólica dos mitos “Wassari e o Tupana, Deus da tradição Tupi- Cristã, os heróis e espírito bons, procuram restaurar a triste situação e ajudar os índios maué, dando mandioca e o guaraná” (UGGÉ, 1991, p.24).

Sobre isso, alguns registros foram feitos ao longo dos XVII, XVIII, XIX, o primeiro aconteceu com Cristobal de Acuña e Maurício de Heriart, que participavam da expedição de Pedro Teixeira, os quais adentraram os rios Tapajós, Madeira, a bacia do rio Negro e do rio Solimões.

Sendo assim, já havia uma territorialidade indígena que é expressa pelo lugar, suas práticas são passadas de pai para filho, em que desde criança os pais ensinam como lidar com o espaço geográfico, a caçar, cultivar, pescar e entre outras atividades. Desse modo, os Sateré-Mawé estão distribuídos atualmente em diferentes localidades (quadro 01) e podem ser encontrados em Maués, Barreirinha, Nova Olinda do Norte e nas terras indígenas como, Andirá, Marau, Uaicurapá, Koatá- Laranjal.

**QUADRO 1: OCUPAÇÃO DOS SATERÉ-MAWÉ NA ÁREA URBANA E NA TERRA INDÍGENA**

<b>Local de Residência(Área urbana)</b>	<b>População</b>
Parintins	512
Barreirinha	276
Maués	200
Nova Olinda do Norte	10
<b>Área Indígena</b>	
Andirá	1925
Marau	1.663
Uaicurapá	155
Kaotá- Laranjal	68
Total	3.811

**Fonte:** <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3580#demografia> (Agosto/2020).

Além disso, os Sateré- Mawé, que compõem a terra indígena-Amarau, trabalham com o cultivo do guaraná, herança dada pelos antigos encenais que habitavam a margem do Rio Tapajós e madeira. Sobre isso, Lorenz (1992) ressalta que o guaraná é nativo da floresta da macrorregião hidrográfica, delimitada pelos rios Madeira, Tapajós, Amazonas e pelas cabeceiras do rio Marau e Andirá.

O guaraná é o símbolo do povo indígena devido a sua história, geralmente, os indígenas costumam tomar, em reuniões, o famoso “Sakpó”, embora seu verdadeiro nome seja *Wará*, que consiste numa bebida que tem o guaraná na base.

Portanto, com o guaraná como símbolo de sua história e a demanda pelas indústrias de refrigerante, no início da década de 1990, os Sateré-Mawé criaram sua organização indígena, chamado de Conselho Tribal, posteriormente, renomeado como Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM). Nesse conselho articulam-se as

lideranças não tradicionais e as lideranças tradicionais<sup>1</sup> as quais levam em consideração a dimensão territorial de base local.

Pode-se dizer que a organização dos indígenas foi criada de acordo com as preocupações dos *tuxauas* (lideranças indígenas) com diversas questões, dentre elas a saúde e as diferentes assistências aos indígenas. Assim, surgem lideranças não-tradicionais, que buscavam suprir essas questões. Nesse sentido, foi criado o Consórcio, que é uma entidade autônoma auxiliar do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), com objetivo de favorecer a comercialização dos índios e camponeses, que foram inseridos na prática do cultivo do guaraná e, depois associados ao Consórcio SateréMawé. Com base nisso, Silva (2015) destaca que:

Na cidade de Parintins, trezentos Saterés fazem parte de um consórcio que comercializam, além do guaraná, outros produtos como andiroba, copaíba, própolis, cestos de fibra, etc. A semente do guaraná é coletada pelos produtores indígenas do Baixo Amazonas. Depois de beneficiado, uma parte é comercializada em Manaus; a outra é exportada para França e Itália (SILVA, 2015, p.30)

Algumas comunidades pertencentes ao município de Barreirinha trabalham com a produção do guaraná, como Barreira do Andirá, Freguesia, Divino Espírito Santo do Castanhal, Ponta Alegre, kuruatuba, Nova vida 2, Nova Sateré, Araticum Novo, Molongotuba, Simão, dentre outras. Para homologação do território indígena, em que o município de Barreirinha faz parte, houve diversos conflitos ao longo da demarcação. Os Sateré- Mawé conseguiram, depois de um longo processo, a demarcação de seu território, homologada pelo decreto 93.069-07/08/1986. Assim, a terra Indígena- Amarau (quadro 02) possui 789.528 hectares, a qual ocupa os estados do Amazonas e Pará e estão distribuídas pelos municípios de Maués, Parintins e Barreirinha (Amazonas).

---

<sup>1</sup> Liderança tradicional: São pessoas fundamentais para comunidade indígenas estão sempre associadas aos saberes sobre: plantas medicinais etc. Liderança não tradicional: São os camponeses que moram as margens do rio Andirá.

**QUADRO 2: POPULAÇÃO NA TERRA INDÍGENA -AMARAU**

<b>Ano</b>	<b>População na Terra Indígena</b>	<b>Fonte</b>
2014	13350	CGTSM
2010	11321	IBGE
2002	7376	Funasa/Parintins
2000	7134	Funai/Parintins
1991	5825	Funai

**Fonte:** Instituto Socioambiental (ISA),2020.

De acordo com dados acima, pode-se observar que há aumento das populações nas terras indígenas, que pode ser explicada pela migração de indígenas para os municípios em questão que tem como base econômica o guaraná e mandioca, cultivados tanto pelos indígenas como pelos camponeses. Vale destacar, que a obra “Antropogeografia do guaraná”, de Monteiro (1965), abarca a importância histórica de Maués, conhecida como o berço do guaraná:

Todavia, essas qualidades, que foram decantada e exageradas ao superlativo por alguns escritores, eram conhecidas muitos antes de 1775, pois anteriormente, já os índios Maués mantinham ativo comércio com os cuiabanos, e a massa ou pasta do guaraná era exportada inclusive para a Europa (MONTEIRO, 1965, p. 37).

Ainda sobre os indígenas, antes do Conselho Geral da Tribo, estes eram influenciados a comercializar sua produção para os cuiabanos e japoneses. A respeito dos camponeses, alguns deles, pertencentes ao Distrito de Barreira do Andirá, relataram ter trabalhado com a produção do guaraná nos anos de 1940, em que também cultivavam para os japoneses. Sendo assim, é possível perceber que, há a presença de imigrantes – que antecedem os anos 1900, em que havia diversos hectares de guaranzeiros.

Costa (2016) afirma que ocorreu um acordo internacional entre o Brasil e o Japão, em que os imigrantes japoneses viriam para se dedicar, entre outras atividades, no caso de Maués e Barreirinha, à produção do guaraná. Segundo alguns relatos, a primeira grande imigração dos japoneses teria acontecido no ano de 1929, porém já existiam japoneses trabalhando com o guaraná no município de Barreirinha e Parintins.

No ano de 1930 muitos imigrantes, como o patriarca da família Hatta, o Kimishige Hatta, que aportou no país, em 1933, juntamente com sua família, morou sete anos em Belém e, logo em seguida, mudou-se para o Amazonas, especificamente para o município de Barreirinha, na Colônia de Santa Rosa, o qual se dedicou ao plantio de juta, mandioca e criação de gado.

Ademais, alguns japoneses se dedicaram à produção do guaraná, no município de Barreirinha nos anos de 1920. Como já explicitado, o guaraná era, a princípio, preparados apenas pelos povos indígenas e seu uso começou a se expandir devido à demanda das indústrias de refrigerantes e cosméticos, porém não se distingue de outros produtos. Dessa forma, novas áreas produtivas foram consolidando-se, o que expandiu o comércio de Maués, para aumentar a produção do guaraná.

No entanto, as comunidades Barreira do Andirá, Divino Espírito Santo do Castanhal, Freguesia do Andirá, no início do cultivo do guaraná, tiveram algumas dificuldades com o plantio, pois os guaranazeiros se encontrava na mata, não existia guaraná cultivado pelos camponeses, ou seja, ainda não se tinha o domínio do cultivo.

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) auxiliou essa produção, com novas técnicas de cultivos, A partir de então, os camponeses começaram a fazer parte da prática do cultivo do guaraná. O conhecimento é essencial, uma vez que é uma forma de saber e de trabalhar com o espaço geográfico, sobre isso, foi aplicado o uso de sementeiras (figura 03 e 04), que possuem tamanho apropriado, de 80x90 cm, em que as sementes levam aproximadamente 40 dias para a germinação e depois são colocados no saco de polietileno, que permanecem aproximadamente 9 meses para serem retiradas e enfim, colocadas nas covas.

**FIGURA 3: SEMENTE DO GUARANÁ SENDO COLOCADA NA SEMENTEIRA**



Fonte:Souza (2020).

**FIGURA 4: AS MUDAS DO GUARANÁ NOS SACOS POLIETILENO**



Fonte: Souza (2020)

A semente do guaraná é colocada dentro da sementeira, como processo de estratificação, com duração de 40 dias. Na figura 4, as mudas de guaraná são colocadas em saco de polietileno, que ficam por volta de 9 meses para serem retiradas e plantadas.

Desse modo, ainda é bastante com uma propagação em sementes, ou seja, os camponeses somente comercializam em forma de semente para o Consórcio, compra o

guaraná em algumas comunidades do município de Barreirinha. Assim, é importante entender, que o Consórcio Sateré, adquire apenas o guaraná orgânico, em que há um determinado protocolo na produção do guaraná. Primeiramente o guaraná precisa ser orgânico, deve ser torrado somente em forno de barro. Esse cultivo do guaraná orgânico foi incentivado pelos estudantes da Holanda, que realizaram um estudo sobre o mesmo. Segundo Obadias (2015):

Dez estudantes da Holanda após um estudo sobre as consequências de adubos químicos utilizados na industrialização da agricultura na Europa. Várias doenças desconhecidas pelos cientistas foram dadas como resultado do desmatamento, envenenamento da terra e sumiço da biodiversidade. Isso fez mudar a filosofia do mercado e a política. Foi um alerta, passaram a ter critérios como produção só orgânica, biológica, investimento na recuperação de áreas degradadas, e o mais importante não usar químicos, tanto em animais como em vegetais.(OBADIAS, 2015, p.25).

No período de safra do guaraná, que geralmente ocorre entre os meses de outubro e março, é feita a colheita, em que se realiza o trabalho familiar ou acessório. Além disso, no caso do descascamento do guaraná, em algumas comunidades, como Barreira do Andirá, geralmente os camponeses trabalham manualmente, o que pode ser considerado um trabalho penoso.

Ainda sobre a produção do guaraná, cada indivíduo da família é responsável por exercer uma especialidade, em que uns despolpam, outros colocam dentro da máquina, as mulheres, existe uma organização social de trabalho, normalmente, ficam responsáveis pela torração do guaraná. Isso acontece, visto que um indivíduo sozinho não é capaz de realizar todo o processo em um tempo viável.

Alguns camponeses da comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal, possuem maquinário, o que facilita a força de trabalho no processo da produção do guaraná, já outros, que não têm essas ferramentas, o trabalho é manual, o que aumenta a penosidade. (Figuras 05 e 06).

**FIGURA 5: PROCESSO PRODUTIVO MANUAL DO DESCAMENTO DO GUARANÁ I**

Fonte:Sanae Souza (2015)

**FIGURA 6: USO DE MÁQUINAS NO DESCAMENTO DO GUARANÁ II**

Fonte:Sanae Souza (2015).

Podemos dizer que as famílias camponesas se estabelecem em suas unidades de produção de forma específica, ou seja, se reproduzindo por meio do uso da terra, a qual serve para satisfazer a necessidade da família e comercialização.

O guaraná tornou-se o produto principal da base econômica dessas regiões, por isso pensar sobre a unidade de produção camponesa é compreender a territorialidade no uso da terra e o uso do território, em uma dimensão política estrategista, já que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”.(RAFFESTIN, 1993, p. 14)

Sobre a territorialidade no uso da terra na produção do guaraná, esta envolve toda uma tradição, em que camponeses assumem o cultivo e estão envolvidos cotidianamente no processo do plantio, colheita e a materialização do produto na unidade de produção. Ademais, os camponeses estão constantemente trabalhando em sua unidade de produção e assumem novas territorialidades, seja na pesca, caça, entre outros.

Mesmo com alguns entraves na comercialização do guaraná, como no transporte, alguns camponeses usam a força braçal para carregar em sacos de fibra, pois geralmente os guaranazeiros são distantes de suas residências, o que demanda um tempo maior para a distribuição dos produtos. Percebe-se que há uma diversidade na questão da entrega da produção (figura 07). Alguns camponeses possuem triciclo próprio, o que facilita o seu modo de vida, outros precisam usar sua força de trabalho, para trazer a produção do guaranazal até suas residências.

**FIGURA 7: TRICICLO UTILIZADO PARA TRANSPORTAR O GUARANÁ**



Fonte:Souza (2020).

Com base nisso, pode-se dizer que há a necessidade de políticas engajadas para o beneficiamento pelos camponeses, visto que, com a expansão da produção do guaraná, muitas demandas surgem no processo, o que requer organizações comprometidas com o escoamento da produção do guaraná. Apesar dos empecilhos, os camponeses continuam produzindo e suas áreas de cultivo estão se expandindo no município de Barreirinha. Sendo assim, vale o investimento para melhorar o processo e aumentar ainda mais a produção e assistir à população dessa região. Nesse sentido, cabe a lógica de não acúmulo de lucro, mas gerar mais dinheiro para comprar mais mercadorias e desenvolver mais esse território.

## **1.2 Existência do camponato no médio rio Amazonas**

O camponês é uma parte indispensável para a reprodução social, já que desenvolvem seu trabalho por meio da terra e sua base econômica está estruturada nos produtos oriundos da biodiversidade e no trabalho familiar. Devido à afinidade que os camponeses possuem com a terra, não se tem a exploração dos recursos naturais e seus objetivos são pautados conforme suas necessidades para o sustento da família, pois dependem muito do mercado e empresas para comercializar os produtos.

Sendo assim, o modo de vida do camponês não é acumular lucro, como argumenta Chayanov (1974) e não parte de uma lógica de subordinação dos camponeses pela renda da terra, não é alienado na dinâmica capitalista, mantém sempre sua lógica, mercadoria dinheiro mercadoria (M-D-M).

Sobre a inserção dos camponeses no mercado, esta é vista por Kautsky (1980) como proletarização, em que ocorre como base para seu crescimento. Ademais, Chayanov (1974) entende que isso não fugiria da burguesia, visto que as lógicas estão sujeitas às explorações capitalistas, e os camponeses não estão sujeitos a uma lógica de lucro, por isso suas ideias são contrárias a Lenin e Kautsky, Com base nisso, Paulino (2006) afirma:

Chayanov indica os caminhos pelos quais as unidades camponesas alcançam o equilíbrio interno, destacando-se as estratégias de ocupação da família, diferentemente da agricultura capitalista, a primeira possui força de trabalho constante, não podendo ser contratada ou dispensada de acordo com as necessidades dos cultivos (PAULINO, 2006, p.51).

Ainda segundo Chayanov (1981), o camponês está submetido a uma lógica de equilibrar a relação trabalho e consumo, seu ponto de vista pode ser compreendido por meio da microeconomia, segundo esse autor:

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade. (CHAYANOV, 1981, p.133-134).

Pode-se dizer que essa realidade é explícita, visto que o modo de vida dos camponeses está inteiramente ligado à terra, às formas de produções e à organização social de trabalho. Nesse sentido, Chayanov (1981) define que cada família possui uma dinâmica demográfica própria e essa composição familiar determinará a variação no volume do trabalho e consumo de acordo com a sobrevivência da própria família. Desse modo, quando os filhos atingiam a maioria passavam a trabalhar e se tinha um equilíbrio entre o número de consumidores e também dos trabalhadores, o que poderia ser novamente desfeito a medida em que avançava a idade e os filhos se casavam.

Logo, o camponês é a única classe que existe sem as outras, pois possui seus próprios meios de produção, porém, mantém relação comercial com diferentes agentes econômicos. Com base nisso, Shanin (1980) enumera alguns elementos característicos dos camponeses, tais como:

- a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 1980, p.50).

Pode-se observar que eles trabalham para própria subsistência e possuem uma organização social de trabalho, que serve para comercialização e sua subsistência, uma vez que dependem dos produtos oriundos da biodiversidade. Além disso, sua produção é comercializada para setores primários, secundários e terciários, como o guaraná.

O camponês ainda possui particularidades específicas, as quais marcam o seu modo de vida, os mesmos estão inseridos na sociedade capitalista, entretanto, não fazem parte inteiramente dessa lógica. Para adentrarmos nessas especificidades dos camponeses na Amazônia, é necessário compreender os fatos históricos da colonização. Sobre isso, a Amazônia, até o século XVI, era habitada somente pelos indígenas, que

pautavam sua vida em produtos orgânicos encontrados na natureza. Nesse contexto, não havia a exportação para o mercado externo, ou seja, a produção era apenas para consumo próprio das famílias.

No Brasil, especificamente na Amazônia, os séculos XVII, XVIII e XIX, são marcados por transformações, em relação aos aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais, em que foi ocupada por imigrantes holandeses, ingleses, franceses, asiáticos, o que pode ter alterado as relações de consumo e produção.

Desse modo, Amazônia foi palco de transformações, principalmente com as intensas missões religiosas, como os jesuítas (XVII), que inseriram uma nova forma de crença aos habitantes da Amazônia. Não somente a religiosidade teve uma forte influência, mas também os interesses capitalistas, visto que cada grupo que vinham para Amazônia trazia consigo um objetivo único, missionários para evangelizar, catequizar, para torná-los cristãos e interesses econômicos, migrantes exclusivamente com interesses econômicos, já que a Amazônia abriga um potencial gigante de recursos naturais.

Assim, os indígenas dominados pelos missionários por um longo período, e trabalharam como escravos para a construção de estruturas de igrejas, implementação de aldeias, também trabalhavam com maniva, para produção de farinha, que era bastante cultivada no decorrer das expedições, pois “a farinha entrava no cálculo de custo da expedição como uma soma importante. Durante o período de 6 a 8 meses, tempo de duração das expedições ao sertão” (RAVENA e MARIN, 2013, p.402).

Há também a questão do lucro das drogas do sertão, que eram comercializadas, esse não apenas favorecia as aldeias e igrejas, mas a lógica capitalista dos missionários, realizada a partir dos dízimos para a igreja. Outra questão são os projetos educacionais que não eram somente ensinar os índios a se converterem ao catolicismo, mas sim favorecer “mudanças radicais na cultura indígena brasileira. Ou seja, era um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar alterações profundas na cultura indígena” (NETO e MACIEL, 2008, p. 174).

Vale ressaltar, que foi Marquês de Pombal que designou a saída dos jesuítas dos territórios indígenas, pela Lei de 03 de setembro 1759, “além dessa lei, em 21 de julho de 1773, pelo Breve Dominus ad Redemptor, o Papa Clemente XIV suprime a Companhia de Jesus”. (SERAFIM LEITE, 1965, p. 231).

No governo do Marquês de Pombal, houve diversas mudanças, em relação aos aspectos religiosos, educacionais e políticos. Esse período foi denominado pombalino,

que explicitou diferentes objetivos, entre eles, fortalecer o domínio português. A primeira iniciativa desse momento foi a criação do estado de Grão-Pará e Maranhão, o que ocorreu no ano de 1751, fato que trouxe influência ao âmbito da geopolítica nos seguintes eventos: 1) Capitania de São José do Rio Negro; 1) Processo de trocas culturais entre colonos e índios; 3) Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará no ano de 1755; 4) Extinção dos jesuítas de todo o Império e retirada dos missionários do poder, no ano de 1755. No mesmo ano, foi organizado o Diretório dos Índios, porém só veio ser decretado em 1757, esse documento tinha como finalidade organizar a política indígena, esse Diretório impediu que os índios fossem escravizados e pelo fim da discriminação dos mesmos, outras medidas foram tomadas por essa política, como:

a) estabelecimento da obrigatoriedade da língua portuguesa, substituição ao neengathu, imposta pelos missionários; b) alteração na forma de morar dos indígenas, na qual as habitações individuais, evitando assim, a promiscuidade sexual e a libertinagem; c) incentivo para ascensão e diferenciação entre os índios e colonos; d) alterações nas formas de se vestir dos indígenas; e) o trabalho ser visto como uma prática terrena e espiritual; f) desenvolver o espírito de ambição, tendo como propósito combater a ociosidade e a pobreza; g) introduzir o comércio com a finalidade de servir de instrumento de comunicação, civilidade e motivação para riqueza; h) a mão-de-obra indígena não deveria ser paga; i) todas as transgressões sociais, assim como fugas, serão punidas com rigor; j) recomenda-se que as aldeias sejam transformadas em vilas/povoadas e adotadas nomes portugueses, em substituição à toponímia neengathu (CRUZ, 2007, p.22).

Dessa maneira, os índios assumem uma nova postura diante da colonização, em que vai se intensificando o seu modo de vida. Com isso, o casamento entre o índio e o branco surgiu como propósito de ocupação de território, o que trouxe mudanças significativas. De acordo com Witkoski (2010):

A riqueza dos conhecimentos práticos acumulados secularmente, articulados com um poderoso capital simbólico influirá, de modo decisivo, no resultado da interação dos conquistadores brancos com os ameríndios, formando, no fluxo desse contato interétnico, os caboclos/ribeirinhos, os camponeses Amazônicos (Witkoski, 2010, p.463).

Um dos fatos que também culminou na intensificação da imigração na Amazônia, foi a procura pela borracha. Nesse período, a Amazônia já estava sendo ocupada pelos camponeses, resultantes da mistura biológica entre o branco e o índio, na várzea na Amazônia, para Cruz (2007):

A procura pela borracha no segundo quartel do século XIX, visando atender uma demanda internacional em expansão, exigiu a necessidade de se recorrer a força de trabalho de fora da região. Como esse período coincidiu com uma grande seca no nordeste brasileiro, facilitou o surgimento de força de trabalho nordestina para a exploração do látex na árdua vida dos seringais. Neste período, ocorreu uma expressiva migração de nordestinos para a Amazônia (cerca de 500.00), que também, entraram em contatos com os camponeses ribeirinhos já estabelecidos, intensificando, ainda mais os processos culturais na várzea da região (CRUZ, 2007, p. 13).

Mesmo com a intensificação da extração da borracha (1839), o camponês não deixou de se dedicar ao cultivo, à pesca e a outras atividades, também não se tornou capitalista, permaneceu com sua identidade própria, embora mantivesse relações econômica nessa nova lógica do capitalismo na Amazônia, por sua vez. Essa realidade é perceptível na pesquisa de campo, pois a herança dos indígenas (Sateré-Mawé e Mundurucus) é passada de geração para geração, assim, conforme Ribeiro (1995):

Toda a área era ocupada, originalmente, por tribos indígenas de adaptação especializada à floresta tropical. A maioria delas dominava as técnicas da lavoura praticadas pelos grupos Tupi do litoral atlântico, com que se depararam os descobridores. (...) Eram, todavia, sociedades de nível tribal, classificáveis como aldeias agrícolas indiferenciadas, porque não chegaram desenvolver núcleos urbanos, nem se estratificaram em classes, já que todos estavam sujeitos às tarefas de produção alimentar, nem tinham corpos diferenciados de militares e de comerciantes. Ensejavam, porém condições de convívio social amplo e de domínio de extensas áreas. Os cronistas, que documentaram aqueles aldeamentos após os primeiros contatos com a civilização, ressaltaram o vulto das populações, que se contavam por milhares em cada aldeia, a fartura alimentar e a alegria de viver que gozavam (RIIBEIRO,1995, p.309).

Nesse sentido, a Amazônia protagonizou os interesses econômicos, devido aos seus recursos naturais, visto que “é um elemento da existência da sociedade, sendo assim o espaço em que há grande força para que tudo seja mediado pelo capital ou pelo dinheiro” (COSTA E NUNES, 2012, p. 257).

Foram os conquistadores portugueses que viabilizaram os interesses mercantilistas, a partir disso, na Amazônia, um verdadeiro processo de etnocídio. Com a desterritorialização, muitos indígenas tiveram que sair dos seus respectivos territórios, suas identidades étnicas foram sendo substituídas pelos padrões dos europeus, o que enfraqueceu sua identidade, mesmo assim, não teve uma desestruturação dos índios no território Amazônico, pois estes se mantiveram resistentes ao panorama, embora no século XVIII e XIX, já se constituísse os caboclos, ribeirinhos, homens anfíbios e entre outras denominações, que eram atribuídas aos miscigenados, Witoski (2006):

Ao fim do século XVIII, os índios das águas já constituíam, praticamente um amontoado humano diferenciado- os destretilizados, os mestiços, os cablocos etc, no começo século XIX, encontravam-se vagando expostos ao aliciamento do novo instrumento de poder da coroa portuguesa- o corpo dos trabalhadores (1798)- instituição que substituirá o diretório, na captação e administração da força de trabalho na Amazônia (WITOSKI, 2006, p. 43).

Portanto, o camponês, que surgiu na Amazônia, é fruto de um processo de dominação e ocuparam território que pertenciam aos indígenas, tanto os nordestinos, asiáticos e europeus.

Além dos indígenas terem conhecimento sobre o espaço geográfico, as suas forças de trabalho eram empregadas nas drogas do sertão exportadas para o mercado mundial. Ademais, o Amazonas tinha uma atividade agrícola em crescimento, uma vez que alguns produtos que geravam excedentes eram exportados, como o guaraná, o tabaco, o cacau, o algodão e o café (LOUREIRO, 2007), estes produtos “representaram importante alternativa econômica, complementada por uma agricultura de subsistência e pelo extrativismo vegetal e animal” (SERRÃO, 2018, p.35).

Portanto, havia a dominação de técnica na agricultura pelos indígenas e, posteriormente, pelos camponeses (caboclos, ribeirinhos, e dentre outros), esses detinham também as técnicas da caça, pesca, e conheciam os segredos da mata, pois são povos que vivem na floresta, o que pode ter ajudado na consolidação e expansão dos mesmos nesses territórios.

Na Amazônia, como já citado anteriormente, podem ser encontrados os camponeses ribeirinhos. De acordo com Cruz (2007), o termo “camponês-ribeirinho” é designado para quem mora às margens do rio ou sobre o rio, geralmente em casas de palafitas. Assim, a compreensão do modo de vida do camponês ribeirinho está diretamente ligado como fazem o uso dos recursos naturais, que possui uma caracterização específica, de acordo com sua territorialidade: agropastoris, aquáticas e florestas, pois criam formas de reinventar, para Cruz (2007):

Para compreender os camponeses-ribeirinhos na várzea amazônica, parte-se do pressuposto de que é necessário observá-los no interior do interior do desenvolvimento capitalista no campo, fundamentado no processo de monopolização do território, na qual o capital contraditoriamente monopoliza o território sem, contudo, territorializa-se. Isto significa que o capitalismo se expande de forma contraditória, ou seja, não expropria os camponeses, porém os transforma e efetua a meta da renda da terra (CRUZ, 2007, p.2).

Fraxe (2000)<sup>2</sup> designou o termo “homens anfíbios” para identificar homens que utilizam os territórios terra, água e floresta, em que na terra é onde o camponês detém a agricultura, faz seus roçados, cultiva árvores frutíferas e comercializa para suprir suas necessidades. O rio é o principal elemento, pois dela é tirada o principal sustento da família camponesa, que é a atividade da pesca, que por vezes destaca-se a territorialidade da pesca, em que “apresentam regras sociais e estratégicas de pesca que podem favorecer a conservação dos recursos pesqueiros, como a territorialidade e o manejo comunitário de recursos”(BEGOSSI, 2004, p. 189). Na floresta, tem-se o extrativismo vegetal, extrativismo animal (caça), a coleta de sementes, em que os camponeses se apropriam e se reproduzem.

Ainda sobre os camponeses, Oliveira Jr (1991)<sup>3</sup>, no seu trabalho no município de Gurupá- PA, nas proximidades da foz do Rio Amazonas, identificou dois tipos, o qual denominou de “ribeirinhos” os moradores da várzea, e “roceiros” os moradores de terra firme. Witkoski (2006)<sup>4</sup>, por sua vez, em sua pesquisa na calha do rio Solimões-Amazonas, denomina como moradores da várzea os “camponeses amazônicos”. No entanto, faz um comentário referente aos caboclos na Amazônia:

Ser caboclo, nos parece, é ser também uma multiplicidade de seres, é um devir que sempre incorpora novas significações. É certamente, antes de tudo, miscigenação de brancos com índios, mas não é só isso. Não poderia ser só isso. É uma reunião de coisas próximas e/ou opostas, como mostramos, porque é um composto biológico, social e cultural de representantes de duas civilizações antagônicas. Mas não é só isso. É também, de modo mais recente, o resultado da mistura de parte da população do nordeste brasileiro (os sertanejos), com populações amazônicas - o que dá novos matizes a esses ser e a seu modo de ser (WITKOSKI, 2006. p.13).

Dessa forma, o camponês na Amazônia é resultado de um processo de miscigenação e de mistura cultural de europeus e indígenas. Assim, é bastante comum encontrar no estado comunidades que não são consideradas indígenas, o que alguns autores denominam como camponês ribeirinho, o quais utilizam os recursos naturais de forma básica para sua sobrevivência, para Castro (1998)<sup>5</sup>:

---

<sup>2</sup> FRAXE, T. J. P. **Homens Anfíbios**: Uma etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

<sup>3</sup> Oliveira Jr, P. H. B. **Ribeirinho e Roceiros**: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá-PA. Dissertação de Mestrado, USP, 1991.

<sup>4</sup> Witkoski, A. **Terra, floresta e água**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Edua, (2006).

<sup>5</sup> Castro, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Belém, 1998.

O uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida, enquanto dimensões fundamentais que atravessam as gerações e fundam uma noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada. Em regiões afastadas do Alto Juruá e do Rio Negro, o extrativismo continua sendo elemento essencial nos sistemas de produção. A caça, a pesca e a coleta de seringa, da castanha e de outras espécies florestais na região Amazônica estão associadas à agricultura. O esforço dispendido no trabalho é organizado em função da acessibilidade aos recursos (CASTRO, 1998, p. 7).

À vista disso, o camponês está inserido em diversas atividades, seja na pesca, extrativismo, caça, cultivo, criação de animais e aves – como galinhas, patos e porcos, também o cultivo de hortaliças – couve, pimentões, cheiro verde, cebolinha, coentro, entre outros, atividades típicas do seu modo de vida.

Os camponeses do município de Barreirinha destacam-se no cultivo de mandioca, seguido da produção do guaraná, andiroba, (*Carapaguaiensis*) e urucum (*Bixaorellana*). Um aspecto do seu modo de vida na agricultura são os mutirões, trabalho acessório, jornada de trabalho, dentre outros, que são visíveis em sua unidade de produção, pois sua lógica, baseada em mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), Oliveira (2001):

Na circulação da unidade de produção camponesa o que se estabelece é a mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), no capitalismo o princípio é outro que envolve dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D). Outra questão fundamental nos estudos sobre a produção camponesa é a distinção do movimento da circulação entre esta e a produção capitalista. Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D na versão simples e D-M-D na versão normal, ampliada portanto. Enquanto a produção camponesa está diante do movimento expresso na fórmula M-D-M. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro, ou seja, vender para comprar (OLIVEIRA, 2001, p.37).

A produção camponesa envolve diversas etapas, que começa no seio na unidade familiar, depois envolve a circulação, que consiste em distribuir a produção nas feiras, restaurantes, por fim, sua etapa final, o consumidor.

O camponês comercializa seus produtos com a necessidade de comprar outras mercadorias que não são acessíveis em sua unidade. Nesse sentido, os camponeses conseguem produzir apenas o que está sob seu alcance, isso vale para a colheita, cultivo, extrativismo, entre outros. Logo, a produção é para o autoconsumo e o excedente para comercialização, então quando a produção vai para o mercado, os camponeses se esforçam para ter o excedente e a força de trabalho é essencial nesse processo.

Outra realidade explícita pelos cultivos é a entressafra, uma vez que os camponeses alternam sua produção, ou seja, quando uma produção está terminando, outra está iniciando, assim, os camponeses sempre estão comercializando seus produtos agrícolas. De modo geral, na Amazônia, a agricultura e a coleta está voltada para a mandioca (*Manihotesculenta*), laranja (*CitrusaurantiumL.*), guaraná (*Paullinia cupana*).

Pode-se dizer que é bastante comum encontrar nos quintais agroflorestais árvores frutíferas e plantas medicinais, que servem como alternativa para curar as enfermidades, principalmente das comunidades da Área Indígena, onde as localidades são distante do município de Barreirinha, por isso o etnoconhecimento é essencial, para Costa (2006, p. 46),“o conhecimento ancestral e atual sobre as dinâmicas e potencialidades da natureza forma o etnoconhecimento que auxilia e supre as necessidades sociais”. Assim, as arvores frutíferas são cultivadas próximas de suas residências, ao contrário da mandioca, coqueiro, bananeira.

Sobre o guaranazal, no município de Barreirinha, geralmente, este é distante de suas residências, geralmente os camponeses costumam chamar de centro da floresta<sup>6</sup>,que para eles são os lugares de trabalho, seja com o guaraná ou mandioca. Além disso, os camponeses possuem aproximadamente 2 hectares, que podem se estender a 8 hectares de guaraná. Vale destacar, que na época de colheita, tem-se o trabalho acessório, ou seja, quando uma família não consegue terminar sua jornada de trabalho de trabalho, ele paga para outro camponês a diárias, diferentemente de algumas comunidades da Área Indígena que fazem a prática do mutirão para colheita do guaraná.

A força de trabalho dos camponeses é essencial para completar a materialização de sua produção, uma vez que, o que vai para o mercado é o trabalho concreto, aquilo que resulta do trabalho, o produto que se vende, no qual está contido o trabalho abstrato, ou seja, a força de trabalho familiar, os elementos que compõem a unidade de produção camponesa, (quadro 03) observa-se um dos principais elementos que fazem parte do modo de vida camponês, que é a força de trabalho.

---

<sup>6</sup> Centro da floresta significa local dos cultivos, tanto do guaraná como de mandioca.

**QUADRO 3: ELEMENTOS QUE CARACTERIZAM A FAMÍLIA CAMPONESA**

<b>Elementos</b>	<b>Características estruturais</b>
<b>Força de trabalho familiar</b>	É o motor do processo na unidade de produção camponesa, no qual, os camponeses vendem sua força de trabalho “todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria” (MARX, 1985, p. 48).
<b>Jornada de trabalho</b>	Nesse caso, não se tem um horário estabelecido pelos camponeses para retornar para suas residências, seu trabalho é livre, diferentemente do processo produtivo capitalista “a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos” (Oliveira, 2007, p.41).
<b>Jornada de trabalho assalariada</b>	Complementação das forças de trabalho, realizado na colheita “essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos e o camponês passa, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada” (OLIVEIRA, 2007, p.41).
<b>Propriedade da terra</b>	É a terra de trabalho, onde o camponês realiza suas atividades, não é terra de exploração, “três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser <i>camponês-proprietário</i> , ser <i>camponês-rendeiro</i> (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser <i>camponês-posseiro</i> (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra)” (Oliveira, 2007, p.41).
<b>Propriedade dos meios de produção</b>	“Exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias, o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas” (OLIVEIRA, 2007, p.41).
<b>Socialização do camponês</b>	É a reprodução da força de trabalho dos camponeses, que é passada para as crianças como forma de se adaptar aos processo produtivo, “efetiva-se pela procriação e complementação através do processo de socialização das crianças” (SANTOS, 1978, p.44).
<b>Trabalho acessório</b>	Trabalho pago, quando as força de trabalho são insuficientes na produção e precisa pagar “através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho” (OLIVEIRA, 2001, p.57).
<b>Ajuda mútua</b>	Quando a família camponesa não consegue completar a jornada de trabalho, e precisa da ajuda de outros camponeses, ou seja, atrai camponeses para prestar o auxílio necessário “essa prática aparece no seio da produção camponesa sob várias formas; a mais comum é o mutirão, mas pode aparecer também como troca de dias de trabalho entre os camponeses” (OLIVEIRA, 2001, p. 56).
<b>Parceria</b>	O camponês não tem como assalariar trabalhadores, desse modo fica sujeito a colaborar custos com o parceiro é “comum aparecer articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores; da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e conseqüentemente aumentar suas rendas” (OLIVEIRA, 2007, p.41).

**Organização:** Souza (2020).

Os camponeses do município de Barreirinha reproduzem seu modo de vida, de acordo com os elementos que são perceptíveis, como propriedade dos meios de produção, força de trabalho familiar, socialização do camponês, ajuda mútua, trabalho acessório. Geralmente saem para trabalhar na parte da manhã, podendo se estender até a tarde. Costumam fazer barracões improvisados em sua unidade de produção, já que suas residências são distantes para retornarem no almoço.

Sendo assim, no início da noite retornam para suas residências, mas outros preferem permanecer nos barracões. Outra realidade do modo de vida camponês é o transporte, pois nem todos tem o acesso igualitário, o que dificulta o escoamento da produção, muitos usam sua força de trabalho, outros triciclos ou motocar, para transportar da unidade de produção para sua residência. O que pode dificultar é o transporte fluvial, que apesar de ser bastante usado na Amazônia, não se torna tão acessível para escoar toda a produção dos camponeses, logo, os sistemas de transportes para a produção ainda é um dos problemas na Amazônia. De acordo com Billacrês (2013):

A questão dos transportes não se limita aos termos da logística ou das técnicas/tecnologia. A questão é política, ou melhor, no contexto da economia política dos territórios, isto é, a circulação como processo geográfico, pois envolve questões sociais e naturais; envolve apropriações, consumo, monopólio de infraestrutura, força de trabalho. Visto que é na circulação que se cria valor, pelo consumo de valor de uso transformado em valor de troca, o processo em que chega ao consumidor, ou um prolongamento do processo de produção, um aumento na escala da produção (BILLACRÊS, 2013, p. 114).

Apesar de não receber o investimento adequado, o transporte fluvial ainda é o elemento responsável pelo escoamento de mercadorias em uma escala local, em que também é o principal meio de transporte de trocas de mercadorias, principalmente quando a localidade não é tão acessível.

### **1.3 Comercializações do guaraná e os agentes monopolizadores do território no município de Barreirinha-AM**

A importância de comercializar o guaraná está diretamente ligada ao Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), que é uma entidade autônoma auxiliar do

Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM)<sup>7</sup>. No ano de 2012, o Consórcio estabeleceu a marca *Nusoken*<sup>8</sup>.

Vale destacar o processo histórico da comercialização do guaraná no Amazonas, em que o século XX foi o foco para as indústrias de bebidas. Tradicionalmente, o guaraná é cultivado há muito tempo na região que engloba o município de Maués, a qual se estende até o município de Barreirinha, nas Margens do Rio Andirá, Maués-Açu e Paraná do Ramos, Parintins, Rio Urupadi e outros, que se destacavam na produção do guaraná, onde o cultivo foi domesticado pelo Sateré-Mawé, que utilizam para sua própria subsistência e, por fim, sendo comercializado, Figueroa (2016):

Privilegia registros referentes aos primeiros séculos do contato (XVII a XIX), durante os quais o guaraná deixa de ser apenas um produto étnico, um marcador regional, para se inserir no mercado nacional e internacional, ganhando espaço na historiografia econômica e paramédica (FIGUEROA, 2016, p. 56).

Desse modo, quando o guaraná deixa de ser somente um produto étnico pelos indígenas, e passa a fazer parte das demandas do mercado, as lideranças não tradicionais, camponeses ribeirinhos começam a domesticar o guaraná, colocando o produto materializado no mercado de bebidas (quadro 04).

No primeiro momento, o guaraná, ao ser um produto comercializado, era vendido apenas em escala nacional, em que “o segundo boom do guaraná na Amazônia, descontinuo com a fusão companhia Antártica e da cervejaria Brahma, ocorrida em 1º de julho de 1999, resultou na Ambev” (HOMMA, 2014, p.308).

---

<sup>7</sup>O CGTSM é uma entidade representativa maior do povo Sateré-Mawé, ela trabalha a política dentro da Terra Indígena.

<sup>8</sup> "é o lugar onde antes do começo do mundo moravam os nossos antepassados e lá ficavam os moldes de pedra de todos os seres vivos da floresta; os animais assim como as plantas, junto com a Arte dos Mawé, que também é uma arte viva, nusoken quer dizer lugar das pedras, e tudo o que é original e nativo vem de lá, assim o Imperador conduziu nossos antepassados rumo à civilização, mas no caminho parou para comer frutas em uma bonita floresta cheia de fartura de espécies selvagens úteis aos homens, então entendeu que deveriam ficar e cuidar dessas riquezas, eles seriam os guardiões desse Jardim do Imperador. Foi ali que os Sateré-Mawé se formaram como Povo, espalhando o verdadeiro Guaraná, a Paulínea Cupana", esclarece Obadias Batista Garcia, 54 anos, coordenador Geral do CGTSM.

**QUADRO 4: PRINCIPAIS EVENTOS QUE MARCARAM A HISTÓRIA DO GUARANÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

<b>Ano</b>	<b>Acontecimentos</b>
<b>1905</b>	O Dr. Luiz Pereira Barreto, cientista, após pesquisa feita sobre o guaraná, possibilita a fabricação do 1º refrigerante de guaraná com sabor “SORF DRINK´S”, produto de fabricação da Empresa Antártica Paulista (Ambev). A referida empresa adquiria sementes torradas pelos produtores de Maués. Sendo o primeiro a circular no mundo com este sabor.
<b>1907</b>	Em Manaus, a Fábrica Andrade lança o 1º refrigerante de guaraná sabor “Champagne” de coloração clara. A empresa comprava as sementes dos produtores de Maués para a fabricação do refrigerante que circulou na região até a década de 1970.
<b>1921</b>	O refrigerante guaraná Antártica foi lançado no País pela Empresa Paulista Antartctica.
<b>1924</b>	A Brahma registra seu primeiro guaraná: Guaraná Genuíno.
<b>1925</b>	A Sociedade Bahiana de Agricultura introduz mudas de guaranazeiro no Horto Botânico, em Retiro, Salvador.
<b>1927</b>	Lançamento do Guaraná Brahma, pela Companhia Cervejaria Brahma.
<b>1929</b>	No final do ano, 50 imigrantes japoneses pertencentes a nove famílias foram para Maués trabalhar em uma concessão de 25 mil hectares para desenvolver plantios de cacauzeiro, guaranazeiro e arroz, como os principais produtos. Esse núcleo colonial, em decorrência do fracasso, foi absorvido, em 1939, pela colônia de Parintins, estabelecida em 1931.
<b>1933</b>	Plantio de 30 mudas de guaranazeiro na Estação Experimental de Água Preta, atual Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira, em Uruçuca, Bahia.
<b>1938</b>	Fundação da fábrica de produtos Globo, em Belém, priorizando o beneficiamento do guaraná, na forma de xarope e refrigerante, com a razão social Duarte Fonseca & Cia. Ltda.
<b>1940-1945</b>	Foram fundadas as fábricas Magistral, Luseia e Baré, em Manaus. Mais tarde surgiram a marca Brasil, Líder e Tuchaua.
<b>1995</b>	Na cidade de Taperoá, a 300 km de Salvador, a empresa Naturkork e Naturwaren – Import&Grobhandel adquire o guaraná orgânico, reconhecido pelo Instituto Biodinâmico (IBD), e exporta para a Alemanha. Em 1995, foi feita a primeira exportação de 2 t de guaraná orgânico, 3,5 t em 1999 e 4 t em 2000. A empresa adquire aproximadamente 7 t de guaraná orgânico produzido por 21 produtores que cultivam o guaraná orgânico no Projeto Onça.
<b>1999</b>	No dia 1º de julho ocorreu a fusão da Companhia Antártica e da Companhia Cervejaria Brahma, resultando na Companhia de Bebidas das Américas (AmBev), que a imprensa enfatizou como sendo a primeira multinacional verde-amarela. Lançamento das cultivares de guaranazeiro BRS-Amazonas, tolerante à antracnose, e BRS-Maués, tolerante à antracnose e ao superbrotamento, no dia 28 de novembro, pela Embrapa Amazônia Ocidental, em Maués, Amazonas.
<b>2011</b>	Lançado no dia 26 de outubro no Campo Experimental da Embrapa, no Município de Maués, as cultivares BRS Cereçaporanga, BRS Mundurucânia, BRS Luseia e BRS Andirá, que produzem em média 1,5 kg de sementes secas por planta, enquanto a média regional é de 200 g por planta ao ano.

**Fonte:** Almeida (2007) e Homma (2014). Org. Costa, L. F. B, 2016.

Com base nisso, no início da década de 1990, os Sateré- Mawé criaram sua própria organização indígena, chamado de Conselho tribal, posteriormente renomeado como Conselho Geral da Tribo Sateré- Mawé (CGTSM), como citado anteriormente. Nesse conselho articulam-se as lideranças não-tradicionais (camponeses ribeirinhos) e as lideranças tradicionais (indígenas), em uma dimensão territorial de base local.

Assim, a organização dos indígenas foi criada de acordo com as preocupações dos *tuxauas*, tendo em vista a comercialização dos produtos oriundos da biodiversidade. A partir disso, surgem os camponeses, com o propósito de comercializar o guaraná, que entra no processo da cadeia produtiva. Visando às demandas desses indivíduos (camponeses e indígenas), que tem como objetivo favorecer a comercialização dos índios e camponeses, como destaca na fala (BATISTA; BATISTA; GARCIA, 2015).

Em que consiste esse projeto integrado de etnodesenvolvimento: é basicamente a venda do guaraná, uma parte desse dinheiro, um terço, vai para o produtor, mas a maioria dessa renda uma parte vai para financiar o projeto de auto-organização dos Sateré- Mawé como CGTSM e para financiar uma série de outros pequenos projetos coletivos que vão integrando, e fazendo com que os Sateré-Mawé possam se apresentar em nível regional, em nível internacional não como um obstáculo para o desenvolvimento, senão como um motor do desenvolvimento sustentável, um desenvolvimento, diferente. A renda do guaraná vai financiar esses projetos e a auto-organização indígenas. Aos poucos vai se construindo um tecido rico de sociedade civil indígena dentro da área e no relacionamento com a sociedade não indígena, de forma que melhore a autoestima e se fortalecer a identidade cultural dos Sateré-Mawé (FRABIONI apud ALVAREZ, 2009, p. 159)

Com aumento da comercialização do guaraná, houve um financiamento do projeto Waraná, que surge dessa comercialização em locais específicos do mercado global, pois o CGTSM tem vínculo com duas importadoras, uma na França e outra na Itália, o que culminou em financiamentos visando a determinadas práticas, tendo como base esse acordo com essas empresas.

O guaraná que vai para a França (Guayapi Tropical), leva em consideração o mercado dos herbanários para farmácias, em que é preciso convencer o dono de cada farmácia sobre as vantagens do guaraná. Há ainda outras atividades de exportação, a Guayapi Tropical, por exemplo, exporta para outros países do mundo, Cingapura, Guiana Francesa, porém a maior parte da produção vai para a França, Bélgica e Alemanha. Nesse contexto, o papel das redes de conexões é essencial, pois “da mercadoria a informação pressupõe a existência das redes, a primeira propriedade das

redes é a conexão. Os nós das redes são assim lugares de conexão, lugares de poder e de referência” (CORRÊA, 2000, p. 148).

Nesse sentido, o capital não se territorializa na forma de propriedade rural, mas na forma de relações comerciais específicas, ou seja, “o capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se”. (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

Pode-se dizer que 300 comunidades indígena e camponesa são associadas ao Consórcio, vale ressaltar a localização produtiva, a qual influencia na organização do território, e com o processo de monopolização do território as empresas fazem parcerias de acordo com seus interesses, pois não podem se territorializar. A conceituação desse referencial faz-se sob a perspectiva do monopólio do território pelo capital. Ademais, o capital não se territorializa na forma de propriedade rural, mas na forma de relações comerciais específicas, cooperativas, consórcio, associação e outros.

Desse modo, as escolhas da localização segue uma lei social, em que se tem a facilidade para extrair mais trabalho e matéria prima, conforme Calabi e Indovina (1992):

Deve se salientando que na fase de desenvolvimento capitalista de tipo monopolista não existe nenhuma racionalidade “interna” do capital, dado que os preços não são dados mas dependem de quantidade de produção em relação aos custos; a procura é estimulada pela própria empresa e o objetivo da empresa continua sendo o lucro mas mediato por outras exigências. Existem lugares eficientes mais tipos de organização do território que tendem a baixar o custo de produção, mas não necessariamente a aumentar a produção: monopólio e a aumentar garantias de lucro (CALEBI e INDOVINA, 1992, p.59).

Portanto, a localização é determinante para se ter a organização do território. Além disso, outro importante componente é a renda da terra que se situa no ponto de vista do processo de exploração, uma vez que quando o Consórcio tem uma relação com a base camponesa, tem-se a subordinação da renda da terra, que não é paga pelo valor total da mercadoria, ou seja, para o capital a mercadoria é essencial, em que se reproduz com outros valores, por isso não é paga pelo valor total, pois o que vai para a venda é o trabalho concreto.

No caso do guaraná, os camponeses apenas comercializam para o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), o qual monopoliza o território camponês, para Costa (2012):

É importante se falar do tema monopolização se ater as transformações que este gera no espaço agrário brasileiro e mais especificamente na Amazônia, é necessário entender a forma como o capital vem agindo diante das classes camponesas na região norte. (COSTA, 2012, p.1407).

Ademais, a extração de mais trabalho é uma das fases do processo do capital, a mais-valia extraída está presente no ciclo de D-M-D. Logo, as atividades dos camponeses na produção são constantes, já que o objetivo é satisfazer as necessidades dos homens, no qual há o valor de uso, por isso o trabalho concreto, feito na unidade de produção resulta no valor de uso. Sobre isso Marx (2006) ressalta que:

O produto de trabalho é objeto útil em todas as condições sociais, mas apenas uma época de desenvolvimento historicamente determinado, que apresenta o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como sua propriedade “objetiva”, isto é, seu valor, transforma o produto de trabalho em mercadoria (MARX, 2006, p. 53).

Além disso, a comercialização do guaraná depende da maneira como ele é torrado, estabelecido pelo protocolo genuinamente Sateré-Mawé, em que as sementes do guaraná são obrigatoriamente torradas em forno de barro, e dependendo do processamento, o preço pode variar entre R\$ 20 a 30,00, diferentemente da produção dos indígenas, o Consórcio paga R\$ 40,00 pelo quilo do guaraná, pelo fato do Consórcio ser uma entidade autônoma pertencente ao Conselho Geral da Tribo Sateré Mawé. Segundo Batista (2015):

O CGTSM, representa o povo sateré-mawé, de como o índio ter a sua renda e a sustentabilidade de uma forma justa pra a natureza, justa pro próximo, justa no momento em que ele trabalha aquele produto, ele quer um preço justo pra ele [...] (BATISTA; BATISTA; GARCIA, 2015).

Com base na afirmação “de como o índio quer a sua renda e a sustentabilidade de uma forma justa pra a natureza”, observa-se que a maneira como é imposta essa ideia traz contradições, pois os camponeses e os indígenas de algumas comunidades, que estão inseridos na política dos Sateré- Mawé, não estão recebendo em datas previstas, como acertado pela política, ocorrendo o prolongamento para anos e não meses, como deveria ser.

Dessa maneira, a força de trabalho, jornada de trabalho empregada na produção do guaraná, é essencial para o fortalecimento da unidade de produção camponesa, uma vez que “é dentro desse processo de sujeição da renda da terra que o capital entra no

mundo do pequeno camponês, sitiando-o pela ação dos monopólios” (OLIVEIRA, 2001, p.12). Assim, é nesse mesmo processo que o camponês se produz e reproduz como classe, por isso é necessário compreender as diversas perspectivas que vêm ocorrendo na agricultura atualmente, como a monopolização, e entender como os camponeses enfrentam esse processo no campo. Para Martins (1980):

É no campo, sobretudo entre os lavradores de base familiar, que se vive em confronto mais radical com os princípios da ordem vigente. Porque se abre diante deles um destino que o operário já não experimenta: o destino do desaparecimento, da proletarização, da perda de autonomia. É no campo, por exemplo, que se pode ouvir uma palavra raramente ouvida entre os operários urbanos: *a palavra liberdade*. É claro que ela não tem a conotação pequeno-burguesa e acadêmica à qual estamos acostumados. Por isso mesmo deve ser ouvida e entendida (MARTINS, 1980, p. 20).

Nessa perspectiva, é importante ressaltar como o circuito espacial opera na produção, a qual determina vários itens. Segundo Santos (1997), a) Matéria-prima: local de origem, forma de seu transporte, tipo de veículo transportador etc.; b) Mão-de-obra: qualificação, origem, variação das necessidades nos diferentes momentos da produção etc.; c) estocagem: quantidade e qualidade dos armazéns, proximidade da indústria, relação entre estocagem e produção; d) Transportes: qualidade, quantidade e diversidade das vias de transporte etc.; e) comercialização: existência ou não de monopólio de compra, formas de pagamento taxação de impostos etc.; f) consumo: quem consome, onde, tipo de consumo, se produtivo e consumitivo etc. O guaraná está ligado ao circuito espacial de produção, pois tem relações de troca, ademais, conforme Billacrês (2013):

O Circuito Espacial de Produção uma expressão que dá idéia de movimento, deslocamento; ao se analisar no espaço ela não se apresenta de forma pura ou independente, ela se apresenta por complementaridades e intersecções. Pois, apresenta na totalidade as etapas e sujeitos que fazem parte na produção-distribuição circulação-consumo (BILLACRÊS, 2013, p. 69).

Nesse sentido, o circuito espacial de produção contribui para o entendimento da circulação da mercadoria, ao adicionar as relações sociais que nela estão envolvidas, como a circulação de mercadorias, que ocorre no espaço geográfico, o qual possibilita identificar os agentes sociais, políticos, econômicos e culturais, que nesse espaço atua, e

cada um com diferentes interesses, pois os camponeses comercializam sua produção para o Consórcio, o qual comercializa para uma empresa europeia.

Nesse contexto, o capital monopolista elege lugares para, desse modo, se fixar, ao incorporar elementos para a sua caracterização, na forma de um sistema econômico, que busca submeter a sua lógica a todos os lugares possíveis, como é o caso do Consórcio Sateré-Mawé, que não necessariamente precisa estar territorializado no local produtivo, isto é a terra, o chão pedológico, entretanto monopoliza o território, as relações sociais de produção, ou seja, da demanda do mercado interno e externo. Assim, o capital não elege um equilíbrio espacial, mas “cria um mundo a sua imagem e semelhança”, graças a sua capacidade de se movimentar nos diferentes territórios pela busca da alta taxa de lucro (MARX; ENGGELS, 1980, p.25).

Com a interação da sociedade com o espaço geográfico, ocorrem diferentes formas de organização social sobre o território, que é influenciado pelos processos naturais. Logo, conforme Venture (2006):

Os processos naturais que determinam a ocorrência (ou a não ocorrência) e a distribuição territorial dos recursos, como pelos valores sociais vigentes no contexto da apropriação, sendo que quanto mais valorizado é um recurso, maior sua mobilidade sobre o território. [...] Se, por um lado, as dinâmicas naturais explicam a riqueza de recursos naturais que algumas nações apresentam, as dinâmicas sociais podem explicar a não correspondência direta entre disponibilidade de recursos naturais e bem estar e desenvolvimento humano (VENTURE, 2006 p.15-16).

Atualmente, o guaraná no município de Barreirinha, vem sendo comercializado pelo Consórcio Sateré-Mawé, atravessadores e a empresa Coca-Cola. Sobre o preço do guaraná, este depende de como é realizada a produção e para quem é comercializado, pois o Consórcio Sateré-Mawé, possui uma especificidade, ou seja, somente compram o guaraná orgânico, pois é a exigência do mercado exterior para fins de produto utilizado como cosmético. No caso dos atravessadores, os mesmos compram tanto o clonado como o orgânico, assim como a Coca-cola, a qual passou a comprar o guaraná no final de 2019, no distrito de Barreira do Andirá. Nesse contexto, apenas adquire produtos dos camponeses do Rio Andirá, diferentemente do Consórcio, que compra tanto dos indígenas como dos camponeses, que adentram essa lógica de produção. No (quando 05) é possível observar a comercialização do guaraná.

**QUADRO 5: COMERCIALIZAÇÃO DO GUARANÁ PELOS CAMPONESES E POVOS INDÍGENAS**

<b>Compradores do guaraná (Orgânico e clonado)</b>	<b>Orgânico</b>	<b>Clonado</b>	<b>Camponeses (Preço)</b>	<b>Povos indígenas (Preço)</b>
<b>Consórcio dos Produtores Sateré Mawé (CPSM)</b>	<b>X</b>		<b>R\$ 30,00</b>	<b>R\$ 40,00</b>
<b>Atravessadores</b>	<b>X</b>		<b>R\$ 8,00/12,00/15,00</b>	
<b>Coca-Cola</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>R\$ 22,00</b>	

**Organizadora:** Souza (2020).

O Consórcio dos produtores compra o guaraná orgânico dos camponeses e indígenas, porém, o preço não é igual, para os camponeses o 1 kg do guaraná é R\$ 30,00, preço especificado pelo Consórcio, nas comunidades pesquisas, Barreira do Andirá e Divino Espírito Santo do Castanhal, os camponeses ressaltaram que comercializam o kg do guaraná R\$ 25,00.

O atravessador paga pelo kg do guaraná R\$ 8,00/15,00, compram da comunidade Barreira do Andirá e Freguesia do Andirá, o mesmo não adentra a área indígena.

A Coca- Cola compra o guaraná clonado e o orgânico, no ano de 2019, fez sua primeira compra na comunidade Barreira do Andirá, como os camponeses somente trabalham com o guaraná orgânico, a Coca- Cola, comprou somente o guaraná orgânico, pagando pelo kg R\$ 22,00.

Pode-se perceber que a produção do guaraná tem uma forte influência no modo de vida dos camponeses e principalmente para o capital, que monopoliza o território, visto que é um processo dialético (terra, trabalho e capital), o qual vem permitindo sua espacialização. Logo, o território emerge como *locus* das ações espaciais que incidem, as quais modificam as formas produzidas, por meio das forças econômicas e políticas, isto é pelo seu uso, pelo uso corporativo do território.

Além disso, o território, na sua totalidade, não é “outro” com relação ao processo capitalista, visto que, ele é usado e se transforma em função daquele processo

geral, “na base deste processo está a tendência à concentração do capital, o uso capitalista total do território que deve ser analisado em relação ao processo de concentração do capital” (CALABI; INDOVINA, 1973, p.57). Assim, o território se torna dinâmico e contraditório, em que se reproduz pela sociedade, e esse processo é subordinado a partir do modo de produção. Para Oliveira (2010):

O modo capitalista de produção não está a circunscrito apenas e tão-somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, da troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias. Isso decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é na essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção de mais-valia. (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

É necessário entender como os camponeses estão organizados em sua unidade de produção, pois mesmo com um modo de vida simples, dependem do Consórcio (figura7) para inserir seus produtos no mercado, em que “o guaraná é o carro chefe, mas para isso tem uma longa história muito atrás para poder se adequar ao nível que hoje o consórcio se faz, se trabalha com comercio no exterior” (BATISTA; BATISTA; GARCIA, 2015).

Sendo assim, os produtos que são comercializados para o Consórcio, localizado na cidade de Parintins ou na feira da cidade de Barreirinha, na (figura 08)tratam-se de produtos da biodiversidade.

**FIGURA 8: COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA BIODIVERSIDADE PELO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ- MAWÉ EM PARINTINS, ANDIROBA, (CARAPA GUAIANENSIS) URUCUM (BIXA ORELLANA) GUARANÁ (PAULLINIA CUPANA).**



Fonte: Silva (2015).

Pode-se dizer que algumas comunidades que produzem o guaraná são cadastradas pela Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPA) do município Barreirinha/AM, o(quadro 06)mostra algumas comunidades que são cadastradas pela SEMPA.

À vista disso, os camponeses de Freguesia do Andirá comercializam o guaraná somente para o atravessador, geralmente o kg é R\$12,00. Ademais, alguns camponeses relataram ter desconhecimento sobre o processo de comercialização pelo consórcio Sateré, por isso comercializam para o atravessador. No caso, das comunidades indígenas, estas comercializam apenas para o Consórcio, mas poucas comunidades são cadastradas pela secretaria municipal.

**QUADRO 6: COMUNIDADES CADASTRADAS**

<b>Comunidades não Indígena</b>	<b>Nº de produtores cadastrados</b>
Freguesia do Andirá	24
São Paulo do Açú	1
Pedras	2
Brasília do Estácio	1
Cametá do Ramos	5
Santa Tereza do Matupiri	1
Ariaú	2
Boa Fé	1
Ituaquara	-
Guaranatuba	1
Nossa Senhora do Carmo (Xibuí)	1
Estrada de Jurupari	1
<b>Área Indígena (A.I)</b>	
Curuatuba	1
Nova Sateré	1
Araticum Novo	1
Molongotuba	1
Karuatuba	1
Nova vida 2	1
Simão	1
Vista Alegre	1
Araticum Novo	1
Terra Prometida	1
Novo Horizonte	1
Bem-te-vi	0

**Fonte:**Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPA). **Org:** Souza (2021).

A comunidade de Freguesia do Andirá é a que mais solicita visita técnica, uma vez que os camponeses se reúnem para solicitá-la. No caso das comunidades, São Paulo do Açú, Brasília do Estácio, Santa Tereza do Matupiri e outras que possuem somente um número de cadastro, dificilmente ocorrem visitas técnicas, pois só um camponês ou indígena solicita. Assim, quando o camponês ou indígena possui contrato técnico de uma produção de grande escala para comercialização, a Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento faz a visita técnica.

## II CAPÍTULO: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE TRABALHO NA PRODUÇÃO DO GUARANÁ

### 2.1 O guaraná orgânico produzido pelos camponeses

As comunidades pertencentes ao município de Barreirinha, Barreira do Andirá, Divino Espírito Santo do Castanhal trabalham somente com o guaraná orgânico. Vale ressaltar ainda, que os camponeses dos outros lugares do Amazonas trabalham com duas vertentes: tanto o guaraná orgânico como o clonado (híbrido).

A produção do guaraná no Amazonas tem duas vertentes: o guaraná orgânico e o guaraná híbrido manipulado nos laboratórios da EMBRAPA, que chega às plantações para uma larga produção, a fim de atender a grande indústria do guaraná, a AMBEV (BASTOS; FURTADO, 2013, p.3).

Ademais, os principais municípios que produzem o guaraná no Amazonas são Maués, Urucará, Coari, Barreirinha, Apuí, Parintins, São Sebastião do Uatumã, Boa Vista do Ramos. No caso do município de Barreirinha, os camponeses comercializam somente o guaraná orgânico. Para isto, a produção envolve todo um processo, a limpeza do guaranazal é realizada duas vezes ao ano (janeiro e novembro): na primeira é realizada a podagem, pois o guaraná é uma planta trepadeira e merecem cuidados; a segunda limpeza é feita em torno da planta, o custo anual é em torno de 1.000 mudas de guaraná, pois eles têm despesas com a gasolina que serve para abastecer o motor na limpeza do guaranazal.

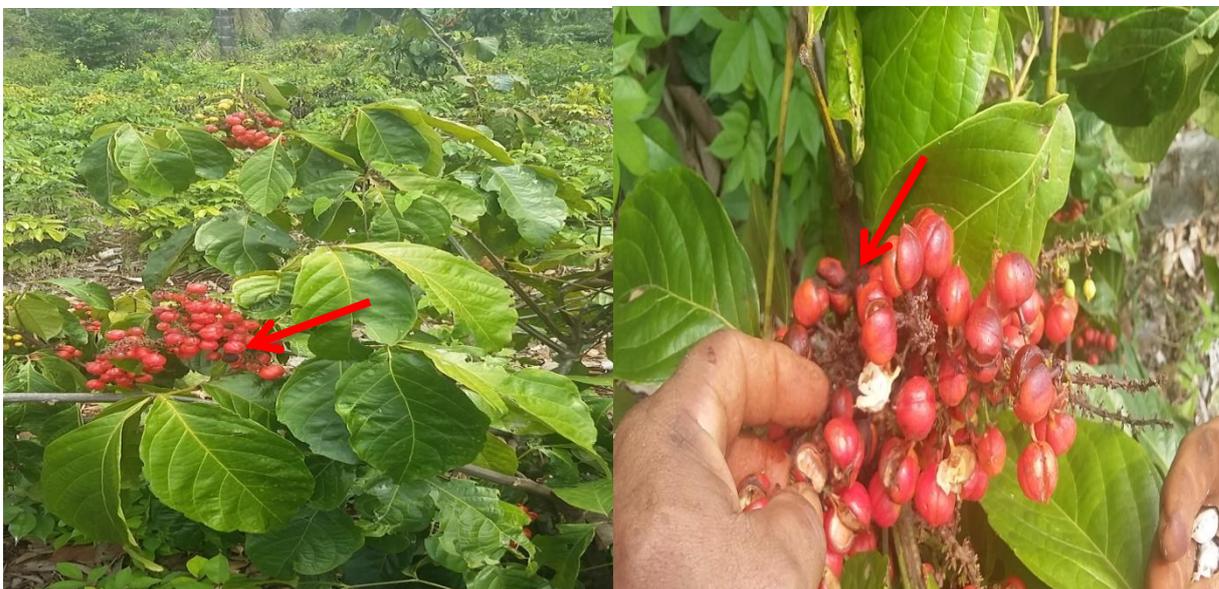
Alguns camponeses começaram a cultivar no ano de 2020 e irão fazer a primeira colheita do guaraná orgânico no ano de 2024, ou seja, o guaraná orgânico leva 4 anos para frutificar, diferentemente do clonado, tendo duração de 1 ano e seis meses. Quando surgem problemas no guaraná orgânico, chamados de “*câncer do guaraná*”, eles cortam as ramas do guaraná e queimam, para não espalhar para outros frutos.

Nesse viés, Poltronieri (1995), em seus estudos, ressalta as principais pragas que afetam o guaranazeiro são os ácaros e os tripés, os primeiros causam estiramento das folhas, e os segundo causam as deformações. Dentre essas, a autora aponta Antracnose (*Colletotrichum guaranicola*) – que é a doença mais séria da cultura do guaraná e afeta a folhagem das plantas em diferentes fases de crescimento, o que causa sérios danos à produção; Super brotamento – consiste na alta produção de ramos hipertrofiados que podem surgir em qualquer parte da copa da planta. Quando muito afetadas estas necessitam ser cortadas e queimadas; Mancha-angular – é a formação de lesões

angulares de aspecto encharcado; Crosta preta das folhas – que se caracteriza pela presença de pontos negros salientes nas folhas.

As que atingem as plantas dos viveiros; Pinta preta dos frutos – um fungo que causa pequenas manchas salientes de cor brilhante nos frutos, (Figura 09) afeta principalmente os frutos mais jovens provocando um amadurecimento precoce; Galha do tronco – Fungo que penetra através de ferimentos causados durante a capina e coroamento das plantas, causando o inchaço dos tecidos do colo, uma região intermediária entre as raízes e o tronco; Podridão das raízes e do pé – fungo que afeta as plantas com mais de três anos de idade, amarelando as folhagens e provocando a morte súbita da planta; Podridão vermelha das raízes – afeta o sistema radicular, deixando-o parcialmente ou totalmente apodrecido. Além do amarelamento e secamento das folhagens, as raízes aparentam coloração vermelha; Podridão das raízes – ocorre quando o solo dos viveiros não é tratado adequadamente; Requeima das mudas – lesões escuras que se desenvolvem nas mudas mantidas em viveiros.

**FIGURA 9: FRUTO DO GUARANÁ COM ANTRACNOSE**



**Fonte:** Sanae Souza (2020).

Pode-se observar que em época de colheita, o guaraná deve está bem maduro, ou seja, é bom quando abre sozinho, eé colhido em ramas, os camponeses fazem cabanas próximas ao cultivo, pois facilita a proximidade ao guaranazal, uma vez que suas residências são distantes.

Já na colheita, pela manhã, a jornada de trabalho é em torno de 4 horas, á tarde em torno de 3 horas, porém depende da quantidade de pessoas que estão trabalhando, a colheita é feita manualmente, geralmente por meio de cestos<sup>9</sup> que são carregados nas costas ou nos braços durante a colheita. Na figura 10 podemos observar que o fruto ainda não pode ser colhido, apresentando textura verde, desse modo, o guaraná somente por ser colhido quando está maduro, isto é, quando a casca do guaraná se abre, ficando exposta a semente, juntamente com o arilo, como na figura 11. Após o término de toda a colheita, o guaraná é descascado, em seguida colocado de molho para facilitar a remoção do arilo que envolve a semente do guaraná.

**FIGURA 10: FRUTO DO  
GUARANÁ VERDE**



**FIGURA 11: PRONTO PARA  
TORREFAÇÃO.**



**Fonte:** Souza (2020).

Sua torrefação é feita em fogão de barro (figura 12), com duração aproximadamente de 7 horas, que pode ser revezada em duas horas, dependendo da força braçal de cada camponês. Geralmente as mulheres ajudam na torrefação, o que não pode acontecer é queimar as sementes, pois reflete na comercialização para o consórcio dos produtores. Por isso, é essencial a torrefação no forno de barro, o que diminui as chances de queimar as sementes do guaraná. Os filhos a partir de 15 anos

<sup>9</sup> São fibras de bambu, arumã, taquara, o cesto serve para diversas funções, colocar o guaraná, armadilhas para peixes, mandioca, peneiras para farinha, armazenar frutos, pescados e dentre outros.

ajudam na produção do guaraná, principalmente no descascamento do fruto quando este é realizado manualmente.

**FIGURA 12: FORNO DE BARRO PARA TORREFAÇÃO**



**Fonte:** Souza (2015).

Depois, quando o guaraná atinge a torrefação final é colocado dentro das sacas de sarrapilhas<sup>10</sup> para armazenamento. Alguns camponeses conseguem armazenar 4 a 5 sacas, que ficam armazenados ou colocam no fumeiro, como afirma Weil (2020):

O fumeiro foi criado pelos indígenas por considerarem que a fumaça tem influência na qualidade do sabor do guaraná. Sua estrutura material é formada de madeira e no seu interior encontramos armações suspensas utilizadas para o armazenamento das ramas (WEIL, 2020, p.77).

Pode-se dizer que essa questão é observada no armazenamento do Consórcio onde as sarrapilhas dos camponeses apresentam cores escuras. Vale ressaltar que o guaraná orgânico dos camponeses não é pago pelo valor estipulado (no caso R\$ 30,00), ou seja, paga R\$ 25,00 para os camponeses, já para os indígenas R\$ 40,00 pelo quilo. A justificativa para o pagamento mais alto para o indígena é porque o guaraná é comercializado para o Consórcio, e este é uma entidade dos indígenas criada pelo Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM). Outra justificativa está relacionada a como o guaraná é produzido, se está inserido dentro do protocolo que o Consórcio

<sup>10</sup>Espécie de pano, utilizado pelos camponeses e indígenas para armazenar o guaraná e outros produtos para a comercialização.

segue. Em algumas vezes, o guaraná não está de acordo com o protocolo, por isso que o valor é R\$ 25,00, em alguns casos, o representante do Consórcio afirma que manda devolver a produção, pois não obedece ao protocolo que é exigido pelas empresas.

Além disso, os camponeses da comunidade Barreira do Andirá e Divino Espírito Santo do Castanhal afirmam que produções não foram devolvidas, uma vez que fazem o possível para o guaraná esta de acordo com o protocolo, principalmente no momento da torrefação, que é umas das etapas que exige cuidados, para que o guaraná não queime. Os camponeses somente comercializam o guaraná em semente torradas, não comercializam o guaraná em bastão, pois não é qualquer pessoa que consegue produzir, é um trabalho que exige conhecimento, afirmou Sérgio Sateré: “o bastão não é qualquer um que sabe fazer não, tem que ser mestre mesmo eu pelo menos não sei fazer. Tem que saber a quantidade certa de água, essas coisas. Tem as pessoas certas pra isso” (apud WEIL, 2020, p. 78, pesquisa de campo, 2019). As sementes do guaraná duram em torno de 2 anos, diferentemente do bastão “permite aguentar o guaraná até 10 anos, 20 anos sem problema porque a fumaça é o que protege os seus princípios ativos, isso é comprovado” (OBADIAS BATISTA, 2019).

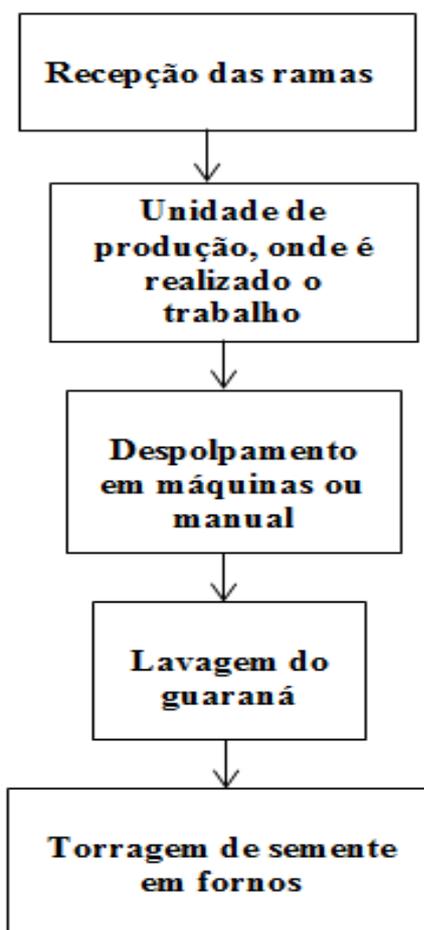
Como mencionado, o guaraná é comercializado em sementes, o Consórcio fica responsável por triturar as sementes em máquinas, se transforma em pó, para isto o guaraná é estabelecido em diversas etapas (diagrama 1), por fim colocadas nas embalagens, pesando aproximadamente 5kg, que logo é colocado em caixas(Figura 13).

**FIGURA 13: ARMAZENAMENTO DO GUARANÁ EM CAIXAS**



Fonte: Ramires (2018).

**DIAGRAMA 01: PROCESSO COMO É  
REALIZADO A PRODUÇÃO DO GUARANÁ**



**Fonte:** Souza (2020).

Outrossim, os indígenas Sateré-Mawé foram os principais sujeitos que começaram a comercializar o guaraná, de acordo com os registros dos historiadores que faziam suas expedições na Amazônia. Sabe-se que quando os europeus adentravam o rio Tapajós e Madeira, já existia uma territorialidade, um modo de vida, os Sateré-Mawé comercializavam seus produtos para regatões, atravessadores e para donos de armazéns de outras regiões. Obadias ressalta que “os Sateré foram os primeiros que no século XVII já exportavam o guaraná para a Bolívia. Tinha comerciante que vinha remando 6 meses para chegar no território Sateré só pra comprar guaraná” (*apud* WEIL, pesquisa de campo, 2019).

O guaraná só aparece nas estatísticas no ano de 1857 quando duas firmas, Lopes Braga & Irmãos; e Manuel José Ferreira Mendonça, pagaram impostos,

respectivamente, 2,13 e 7,26 arrobas de guaraná à Câmara de Manaus (MONTEIRO, 1965).

Nesse sentido, em algumas comunidades tanto de Parintins como de Barreirinha, alguns camponeses já trabalhavam com o cultivo do guaraná, antecedendo os anos de 1900. Na comunidade Barreira do Andirá, alguns camponeses com idade de 80 a 90 anos relataram ter trabalhado com um japonês, que tinha vários hectares de guaraná, esses camponeses não trabalhavam somente com o guaraná, mas com a juta e a mandioca. Os camponeses relatam também que os filhos desse japonês não quiseram trabalhar com o guaraná e migraram para cidade, e alguns camponeses que trabalhavam com eles aprenderam a domesticar a planta, levando a cultura para a comunidade Barreira do Andirá e outras comunidades.

Vale ressaltar que ainda são poucas as comunidades que cultivam o guaraná orgânico no município de Barreirinha. Como mencionado, Barreira do Andirá é que sobressai dentre as outras. Outras famílias começaram a cultivar, porém não prosseguiram com o cultivo, pois para eles é uma atividade que exige muito trabalho e precisam contratar trabalhadores, uma vez que somente os membros da família não são suficientes para completar a jornada de trabalho durante o dia, conforme, Oliveira (2007):

É o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa (OLIVEIRA, 2007, p. 41).

Nesse caso, os camponeses não são assalariados, o que acontece é o trabalho acessório, pago na limpeza do guaraná, na colheita, no cultivo. A seguir mostra-se o calendário agrícola na produção do guaraná (quadro 07).

QUADRO 07: CALENDÁRIO AGRÍCOLA DA PRODUÇÃO DO GUARANÁ

MÊS/ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>Preparo da área</b>	X	X	X	X	X	X						
<b>Tratos culturais</b>	X	X	X	X	X	X	X	X				
<b>Plantio</b>	X	X	X									
<b>Limpeza</b>	X	X				X	X					
<b>Colheita</b>									X	X	X	X
<b>PROCESSAMENTO</b>												
MÊS/ATIVIDADE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
<b>Despolpa</b>									X	X	X	X
<b>Lavagem</b>									X	X	X	X
<b>Escaldação/torrefação</b>									X	X	X	X

Fonte:Souza (2021).

É possível perceber que o guaraná orgânico quando plantado se desenvolve em quatro anos. No decorrer desse tempo, ocorre a preparação dos espaços de cultivos. Os meses de janeiro e junho são dedicados aos tratos culturais, ou seja, a limpeza do guaranazal.

No mês de setembro começa a colheita, a qual é realizada manualmente em cestos. Quando as ramas são direcionadas para a unidade de produção, nos barracões, é realizado o despulpamento, em que é retirada a casca vermelha que envolve tanto o arilo como as sementes. Em seguida é realizada a lavagem, na qual o guaraná é colocado na água para ficar de molho e facilitar a remoção do arilo, ou seja, a limpeza da semente.

Por fim, a torrefação demora aproximadamente 7 horas no forno de barro. Vale destacar que somente o guaraná orgânico é torrado no forno de barro. Segundo Obadias, o forno de barro impede que o guaraná perca as suas propriedades originais, pois tudo é analisado pela empresa, principalmente o pH do guaraná.

A respeito da comercialização, pode-se dizer que com as primeiras exportações do guaraná orgânico para o mercado internacional, intensificou-se a comercialização pelos produtos orgânicos, principalmente do guaraná, este só pode ser comercializado

com o selo de procedência, como se observa na figura 14. Desde 20 de outubro de 2020 o guaraná que é produzido na terra indígena-Amarau recebe o selo por meio do Instituto Nacional de Propriedade Industrial- INPI.

**FIGURA 14: SELO DE IDENTIFICAÇÃO GEOGRÁFICA DE PROCEDÊNCIA.**



Fonte:<http://www.nusoken.com/home/certificacoes>. Acesso: 18/03/2021.

Ademais, o guaraná que é produzido pelos indígenas e camponeses foi certificado internacionalmente no ano de 2012. No mesmo ano, o guaraná recebeu a marca de *Nusoken*, no início cogitou-se a marca “*Sateré-Mawé*”, no entanto, já havia o cadastro dessa marca em outro Estado.

## **2.2 A inserção dos camponeses na produção do guaraná pelo Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM)**

Com o mercado interno e externo que dominava na Amazônia “foi incorporada a economia mercantil, fornecendo-lhes matéria-prima das mais diferentes utilidades, entre elas, as drogas do sertão, a borracha, a castanha, o cacau, a juta, o guaraná, entre outros” (SERRÃO, 2018, p.24). Nos municípios de Barreirinha e Parintins existiam camponeses que comercializavam sua produção para atravessadores, ou para donos de empresas regionais na capital de Manaus, até os anos 80 não se tinha uma política local comprometida com a produção.

Além disso, os camponeses da comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal comercializavam o guaraná para uma empresa regional localizada na capital de Manaus, por meio dos atravessadores, o valor pago pelo kg do guaraná era R\$ 12,00. Os camponeses da comunidade de Freguesia do Andirá comercializam para um atravessador localizado na cidade de Parintins, este pagava R\$ 8,00 pelo kg.

No entanto, com a fundação do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), se institui o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), no ano de 2008, algumas comunidades camponesas começaram a se associar, como as comunidades Barreira do Andirá e Divino Espírito Santo do Castanhal. Nesse sentido, começou a surgir uma política local, que viabilizava a comercialização, a partir desse momento, os camponeses que comercializavam para os atravessadores da Capital de Manaus romperam com essa rede de comercialização, pois o Consórcio começou a pagar R\$ 25,00 pelo kg.

Os camponeses da comunidade Freguesia do Andirá não se associaram ao Consórcio, alguns deles desconheciam o Consórcio dos produtores. Sendo assim, comercializavam com o atravessador localizado na cidade de Parintins, o valor pago era em torno de R\$ 8,00 e no máximo R\$ 15,00. Na comunidade de Freguesia Andirá, alguns camponeses possuíam no máximo dois hectares e no mínimo um hectare, outros começaram a cultivar no ano de 2019, pelo etnoconhecimento que adquiram de seus pais. Sobre isso Costa (2006) entende que:

O etnoconhecimento é fundamental para caça, pesca, coleta e roça e de plantas medicinais. Isso é aprendido desde criança, seja nos ambientes fluviais de vertentes, estações secas ou de chuvas, onde a observação tem um papel muito importante” (COSTA, 2006, p.7).

Os camponeses da comunidade Barreira do Andirá foram os primeiros a se associarem ao Consórcio dos Produtores, isso porque alguns camponeses da comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal perceberam a importância de comercializar com o Consórcio, pois antes comercializavam para os atravessadores por preço baixo.

Os camponeses da comunidade Freguesia do Andirá relataram o desconhecimento da existência do Consórcio, visto que, de início, o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM) somente comprava o guaraná dos indígenas. Porém,

camponeses começaram a se inseridos nesse processo também. É possível notar, na figura 15, o cultivo do guaraná na comunidade Divino.

**FIGURA 15: ROÇADOS DE GUARANÁ NA COMUNIDADE DIVINO ESPÍRITO SANTO DO CASTANHAL- BARREIRINHA/AM**



**Fonte:** Souza(2020).

Alguns camponeses que não dominavam o cultivo do guaraná solicitaram visita técnica do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), o qual ajudou com as sementeiras, que é essencial para o desenvolvimento da semente do guaraná. As mudas do guaraná são colocadas no solo em forma de linha, tendo distanciamento de 7x7 (largura e comprimento) para facilitar a limpeza durante os quatro anos que o guaraná orgânico se desenvolve, pois a planta é trepadeira, dificilmente controlada quando não é cuidada, por isso é necessária a capinação e podaçoão desde do início do seu desenvolvimento, como se observa na figura 16.

**FIGURA 16: CULTIVO DO GUARANÁ EM LINHA**

**Fonte:** Souza (2020).

Alguns camponeses possuem no máximo sete hectares, e podem cultivar 2800 mudas de guaraná. Outros camponeses têm apenas um hectare e conseguem cultivar até 400 mudas de guaraná.

Ainda sobre essa questão, no ano de 2018, os camponeses da comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal comercializaram como Consórcio. No entanto, foi frequente o atraso do pagamento da produção do guaraná dos camponeses. Por isso, no ano de 2019, os camponeses fizeram uma reunião reivindicando o pagamento do guaraná regularmente, nesse mesmo ano. Contudo, o Consórcio não conseguiu efetuar o pagamento e devolveu toda a produção para alguns camponeses da comunidade Divino Espírito.

No ano de 2020, o Consórcio ainda não tinha efetuado o pagamento para os camponeses da comunidade Barreira do Andirá, alguns camponeses não satisfeitos começaram a comercializar com outro agente monopolizador: a empresa Coca-Cola. Porém, alguns camponeses ficaram no prejuízo, pois afirmaram não comercializar para atravessador, devido ao preço não recompensar a força de trabalho. Nesse sentido, para Araújo (2014):

O preço da força de trabalho é apenas a expressão do valor dessa mercadoria em dinheiro. No entanto o verdadeiro preço de mercado da força de trabalho

não necessariamente coincide com o seu valor, podendo situar-se acima (ou frequentemente) abaixo dele (ARAÚJO, 2014, p.10).

Uma alternativa buscada por esses camponeses que não conseguiram escoar sua produção foi novamente colocar no fumeiro, para não perderem as propriedades naturais do guaraná dos dois anos.

Quando a Coca-Cola fez sua primeira compra na comunidade Barreira do Andirá, no ano de 2019, alguns camponeses não comercializaram, pois não tinham informações o suficiente para negociar com a Coca-Cola. A comunidade Barreira do Andirá comercializava com o atravessador, que é o agente monopolizador que paga o menor preço pelo kg do guaraná R\$ 8,00. O Consórcio é o que paga maior valor R\$ 25,00, já a Coca-Cola paga razoavelmente, comparado aos demais monopolizadores R\$ 22,00. A comunidade Freguesia do Andirá somente comercializa com o atravessador localizado na cidade de Parintins. À vista disso, vale ressaltar que antes comercializavam para alguns japoneses que moram nas proximidades da comunidade.

Geralmente os cultivos do guaraná ficam em ramais e o meio de transporte que usam é chamado de “motocar” (figura 17) que serve para transportar a produção dos roçados até residência dos camponeses.

**FIGURA 17: TRANSPORTE USADO PARA TRANSPORTAR PRODUTOS**



**Fonte:** Souza (2020).

Ademais, a comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal comercializou até 2019 para o Consórcio e atravessadores. Porém, atualmente a comunidade está comercializando somente como atravessador. No quadro 8 observa-se as comunidades que estão comercializando para os devidos agentes monopolizadores:

**QUADRO 8: COMUNIDADES CAMPONESAS QUE COMERCIALIZAM COM AGENTES MONOPOLIZADORES.**

Barreira do Andirá	-Atravessador -Consórcio dos Produtores SateréMawé (CPSM) -Coca-Cola
Freguesia do Andirá	-Atravessador
Divino Espírito Santo do Castanhal	-Consórcio dos Produtores SateréMawé (CPSM) -Atravessador

**Elaboração:** Souza (2021).

O camponês é o principal sujeito responsável pela produção do guaraná, por isso o camponês é indispensável para o comércio, seja de cosmético, alimentícios e dentro outros, sua relação com a terra não é gerar lucro, pois o modo como vivem dependem da sua produção. Para Paulino (2006):

O tempo da produção é o tempo da natureza, em que a ação humana entra apenas como coadjuvante. Em outros termos, o trabalho auxilia a produção, mas não pode realiza-la. Há que se esperar todo um ciclo, que chega a se prolongar por meses e até anos (PAULINO, 2006, p. 116).

No caso do guaraná orgânico, para colher seus primeiros frutos, a duração é em média 4 anos, existe uma periodicidade até o amadurecimento. A partir desses 4 anos, a colheita é feita a cada ano. O Consórcio, atravessador e a Coca-Cola são os que compram o guaraná dos camponeses. O Consórcio dos Produtores Sateré –Mawé é uma entidade autônoma, que tem o domínio de comercialização de todo o território de

Barreirinha/AM, encontram-se os principais produtores, que são os indígenas e camponeses. Nesse âmbito, mesmo com dificuldade interna que o Consórcio vem enfrentando em sua gestão, ainda consegue se manter como o principal agente monopolizador.

Na figura 18 nota-se as sacas de sarrapilhas, trazidas pelos camponeses e indígenas da terra indígena-Amarau. Cada saca possui o nome de cada produtor, seja o camponês ou indígena, para identificação das sementes, que são avaliadas conforme os protocolos exigidos pelo Consórcio, as mesmas são mantidas no Consórcio, que está localizado na cidade de Parintins (AM). É importante destacar que o Consórcio Sateré-Mawé era para ser localizado na cidade de Barreirinha, porém com a antiga gestão não foi possível. A partir disso, o Consórcio foi erguido com ajuda de um pároco da igreja católica de Parintins.

**FIGURA 18:ARMAZENAMENTO DO GUARANÁ NO CONSÓRCIO DOS PRODUTORES SATERÉ MAWÉ- (CPSM).**



**Fonte:**Weil (2019).

Quando a produção do guaraná não é de acordo com o protocolo do Consórcio, é devolvida para unidade de produção, ou o preço do produto diminui. Entretanto, a devolução do guaraná raramente acontece, segundo os camponeses das comunidades Divino Espírito Santo do Castanhal e Barreira do Andirá.

Os representantes do Consórcio, chamam o guaraná de “Waraná”, devido à história relatada pelos antepassados dos Sateré-Mawé, era símbolo desses povos.

Na produção do guaraná, os camponeses da comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal reaproveitam a casca do guaraná, que serve para adubo (figura 19). A adubação orgânica é feita somente com elemento da natureza, isto é, compostagem de madeira, do capim, do esterco de galinha, do boi, pó da serragem e dentre outros, isso porque “a terra se define como um recurso natural não se trata de um produto, não pode, portanto, ter um valor e preço” (SANTOS, *et al.*, 1986, p.117). No entanto, pode-se tirar a renda da terra por meio da produção.

**FIGURA 19: CASCA DO GUARANÁ UTILIZADA PARA ADUBO**



**Fonte:** Souza (2017).

Quando o camponês comercializa sua produção nela está o trabalho abstrato, trabalhado por meio da organização social. Portanto, os camponeses estão sempre se reproduzindo, cultivando e comercializando. Na unidade, a família camponesa realiza suas atividades de acordo com suas necessidades e “cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho” (SANTOS, 1978, p. 34).

Nesse viés, a relação que o camponês estabelece com a terra é a representatividade que se tem em sua unidade de produção, pois é dessa maneira que são reconhecidos como classe social, certo que eles mantêm uma relação direta ou indiretamente com o capitalismo, se reproduzem por meios da comercialização.

A realidade que se apresenta na unidade de produção camponesa é passada de pai para filho, ou seja, desde sempre eles mantêm uma organização social, que estabelecem em sua unidade, e sendo que tudo o que se faz é para uma finalidade, adquirem experiências para suas práticas. Isso porque trabalhar com a terra é uma necessidade, ela está ali pronta para ser trabalhada, e para isso precisa da força de trabalho, que vai mediar o camponês em suas atividades, em que futuramente terá um valor, seja de uso ou troca para Carcanholo (1998):

O consumo do seu valor de uso se dá, como em qualquer outra mercadoria, fora do mercado. O processo desse consumo é simultaneamente um processo de produção de mercadorias, enquanto unidades entre valor e valor de uso, e de mais-valia, de um valor excedente (CARCANHOLO, 1998, p. 37).

O camponês tem uma ligação com o mercado, visto que é aí que vários sujeitos sociais se encontram, com diferentes objetivos. O primeiro sujeito social é o camponês, que comercializa seus produtos; os outros sujeitos são os que compram como o atravessador, Consórcio e outros. Para esses compradores a mercadoria é algo valioso, pois, a partir dessa mesma mercadoria podem estabelecer outros valores, ou seja, de um único fornecedor que são os camponeses. Vários outros sujeitos surgem no processo da comercialização, da cadeia produtiva do guaraná.

### **2.3 O projeto VinteQuilos das populações ribeirinhas e da etnia indígenas Sateré-Mawé da região do Médio Amazonas.**

O projeto VinteQuilos foi aprovado pela União Europeia, por meio do Instituto de Cooperação Econômica Internacional (ICEI), Conselho Geral da Tribo SateréMawé (CGTSM), Associação de Silves pela Preservação Ambiental Cultural (ASPAC). Esse projeto foi idealizado no ano de 2002 para comercializar o guaraná e outros produtos em rede internacional. Primeiramente, o projeto começou com 20 quilos de guaraná (*Paullinia cupana*), seguido de outros produtos como andiroba (*Carapaguianensis*), urucum (*Bixaorellana*), jenipapo (*Genipa americana*) e outros produtos.

Pode-se dizer que a importância de comercializar o guaraná foi iniciativa dos representantes do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), a partir do Consórcio dos Produtores Sateré- Mawé (CPSM), para Almeida (2021):

O projeto é desenvolvido a partir de 4 princípios: a cultura do guaraná, as ações de meio ambiente, o turismo comunitário e o fortalecimento institucional, colocando o próprio indígena como protagonista para gerenciar todo esse processo (ALMEIDA, 2021, p.78-79)

Ademais, antes do projeto ser idealizado, os indígenas e camponeses, comercializavam para os atravessadores que vinham da cidade de Manaus, os produtos eram comercializados por preço baixo e os atravessadores negociavam com preço alto, logo auferindo uma margem de lucro significativa. Essa situação é expressa no conceito de mais valia, “o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção, de mais-valia” (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Os produtos que eram comercializados não tinham um selo próprio para comercialização em rede internacional e nacional, mas com o início do projeto VinteQuilos, teve-se a preocupação de uma certificação para a comercialização tanto em território nacional como internacional. A partir do ano de 2002, iniciou-se a compra do guaraná pelo projeto VinteQuilos, e alguns camponeses começaram a se inserir e a cultivarem a produção do guaraná. Na figura 20 é possível observar as informações da fundação do projeto.

**FIGURA 20: ANO DA FUNDAÇÃO DO PROJETO VINTEQUILLOS**



Fonte: Souza (2021)

Nesse contexto, o projeto VinteQuilos foi incentivando alguns camponeses a produzirem e comercializarem para o projeto que hoje se idealizou como Consórcio, o projeto possibilitou a criação de uma aldeia<sup>11</sup>, porém esta não está localizada em terra indígena, para Obadias (2020):

A questão da aldeia VinteQuilos, ela foi criada justamente para ser uma vitrine né?! pra comunidades indígenas, pra as famílias indígenas, pra que cada uma possa ver, olhar como é que ele tem que trabalhar na sua aldeia, no seu sítio, né?! É, plantas diversificadas, então é... alimentos, plantas, isso ele vai melhorar a qualidade de vida dele. Então é uma... centro de excelência pra que as pessoas se espelham como que tem que viver na sua aldeia. Por que geralmente as pessoas tem seu forno, sua lareira e pronto, ao redor não tem nada, e isso acontece muito né?! Então não queremos que seja assim, queremos que seja feita a alimentação, de frutas, de criação, pra que ele não possa passar alimento, esse é o primeiro ponto, no segundo ponto é trazer nossos parceiros comerciais, pra explicar pra eles da importância do projeto integrado de etnodesenvolvimento né?! Pra eles mostrar o que estamos fazendo com os recursos oriundos das vendas das mercadorias, dos produtos que eles comercializam, que eles consomem, que eles compram né?! Então os nossos parceiros comerciais e nosso clientes internacionais, que vem olhar, certificar o que fazemos com os recursos que eles mandam na medidas que eles compram os produtos pra que eles possam, comprarem mais, divulgarem mais, como que nós estamos criando projeto de etnodesenvolvimento, isso é função disso aí (2020).

**FIGURA 21: POUSADA VINTEQUILO EM CONSTRUÇÃO**



**Fonte:** Souza (2021).

---

<sup>11</sup>Designou-se o nome de Aldeia, para o lugar onde foi criado o Projeto VinteQuilos, sendo que o projeto não foi criado em território indígena.

A primeira exportação da VinteQuilos para a Europa foi somente uma amostra do guaraná. O mercado europeu aprovou as propriedades do guaraná e criou projeto em 2002, ou seja, o “projeto *vinte quilos*, pelo que está posto na fala das lideranças indígenas, é uma espécie de mola impulsadora para o fortalecimento do projeto guaraná” (ALMEIDA, 2021, p. 80).

Outrossim, no processo de desenvolvimento do Projeto VinteQuilos, o camponês foi se inserindo, apesar de ser uma política voltada para os indígenas, foi uma vantagem na época para alguns camponeses que moravam na margem do rio Andirá e Paraná do Ramos, pois possibilitou o aumento do cultivo do guaraná e posterior comercialização, visto que antes a maioria somente se dedicava à produção da mandioca.

Nesse âmbito, é importante compreender as diversas características perceptíveis pelo processo de monopolização, tanto por atravessadores, Consórcio e Coca-Cola, que são agentes monopolizadores. Na cidade de Parintins, o Consórcio foi concebido na forma de associação, depois foi se articulando com uma rede de comercialização. Entretanto, no ano de 2006, o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé propôs uma política organizacional para os saterés, na fala de Obadias (2020):

De 1993 a 2000 quem exportava eram os brancos, o índio não tinha como fazer esse trabalho. Então tivemos que aprender toda a questão política, operacional de todos os trabalhos que hoje temos aqui e a partir de 2006 foi constituído isso. (OBADIAS, 2020).

A partir das redes de comercializações com o Consórcio, e as primeiras comercializações do guaraná com empresas europeias, se intensificaram os cadastros dos camponeses com o Consórcio. Ademais, as empresas europeias monopolizam o território por meio de agentes monopolizadores. De acordo com Oliveira (2012):

O desenvolvimento do modo capitalista de produção supõe, na sua essência, a necessidade de criar, de fazer nascer, os capitalistas, a sua base social, a ampliação da classe burguesa não se faz apenas pela hereditariedade dos capitalistas, mas sobretudo no processo de produção do capital (OLIVEIRA, 1986, p. 119).

Pode-se entender que os capitalistas estão envolvidos diretamente com a base monopolista, que fazem as pontes para as empresas internacionais e nacionais. No caso das empresas que comercializam o guaraná, existem funcionários que são assalariados, diferentemente de quem trabalha no campo, como os camponeses, que vendem sua força de trabalho para o capital, pois a terra que os camponeses trabalham na

comunidade Barreira do Andirá é terra privada. Alguns possuem o documento de suas terras, porém, não foi possível tirar foto de tal documento.

Nesse sentido, o capital não é dono de terras, e sim da renda da terra “ao espacializar-se em busca do lucro, o sistema do capital encontrou no campo formas de apropriar-se da terra e do trabalho camponês com o intuito de garantir sua reprodução ampliada” (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2010, p.69). Diferentemente dos camponeses, que sempre estão se reproduzindo em sua unidade de produção camponesa, uma vez que constituem territorialidades a partir do seu modo vida, da vivência social e a organização dos espaços, que estabelecem forças produtivas em sua produção, pois o que interessa para eles é ter mais mercadorias para satisfazer suas necessidades.

Os camponeses do município de Barreirinha-AM possuem experiências específicas na produção do guaraná e seguem exatamente a maneira como lhes foi ensinado pelo Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), desde o desenvolvimento da semente do guaraná. Como se observa na figura 22 e 23 é comum os camponeses realizarem a colheita em cesto.

**FIGURA 22: MUDAS DE GUARANÁ**



**Fonte:** Souza (2020)

**FIGURA 23: CAMPONESES FAZENDO A COLHEITA DO GUARANÁ EM CESTO**

**Fonte:**Souza. Adaptado Aguilera (2021).

É possível compreender que algumas estratégias de cultivo de guaraná dos camponeses são desenvolvidas para se ter um melhor resultado. Nesse sentido, após a colheita o processo de distribuição é importante, sendo realizado por meio das Associações, atravessadores, Consórcio, que adquirem a matéria-prima, como exemplo o guaraná, e comercializam para empresas, fazendo com que se tenha a circulação, pois “é a circulação da mercadoria que diz quanto ela vale e não apenas nem fundamentalmente a sua produção, porque é na circulação que o valor nela contido se revela” (MARTINS, 2000, p. 30).

Desse modo, toda produção quando é comercializada internacionalmente precisa ter certificação e principalmente selo. Atualmente, a denominação do selo de origem é “Terra Indígena-Amarau”, que permanece com a marca “Nusoken”,o que pode ser visto na figura 24, isso porque é o guaraná orgânico que esses camponeses produzem.

**FIGURA 24: LOGOMARCA DO GUARANÁ**

Fonte:Nusoken 2020.

Na logomarca dos produtos Nusoken, no centro há uma representação simbólica, que é o olho do waraná. Para Almeida (2021), o termo wará significa em Sateré-Mawé o princípio do conhecimento. Ao redor do wará estão as figuras dos porantins, que representam uma forma de pergaminho e/ou manual, considerada pelo referido povo a sua “Bíblia Sagrada”. Ao lado dos porantins estão mensagens, localizadas dentro do pergaminho. Já as bordas destacadas de grafismo acoplado com símbolos equivalem às barreiras de proteção à Terra Indígena Andirá-Marau, conforme as lideranças indígenas descrevem em seus relatos.

É possível afirmar, com base no exposto, que nos últimos anos, o comércio do guaraná tem se expandido no município de Barreirinha, em que o atravessador se torna pequeno empresário, ou seja, Consórcio e empresas estão inseridos nesse processo de comercialização no município de Barreirinha.

### III CAPÍTULO: REDE DE COMERCIALIZAÇÃO DO GUARANÁ E O USO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL

#### 3.1 Agentes monopolizadores do território no município de Barreirinha-AM

A localização produtiva de um determinado território influencia no mercado interno e externo. A compra de matéria-prima facilita o fortalecimento das empresas, para isto, utilizam agentes monopolizadores para conseguirem meios para se desenvolverem, sejam associações, Cooperativas, Consórcios, atravessadores. Sobre isso, para Calabi e Indovina (1973):

‘localização produtiva’ é, portanto aquela que mais influencia a organização do território, principalmente porque ‘localização produtiva’ não é somente localização de trabalho morto, mas também - e principalmente - porque pressupõe o uso da mercadoria trabalho (CALABI; INDOVINA, 1973, p.4).

No que se refere à produção do guaraná no município de Barreirinha, existem alguns agentes monopolizadores que controlam o território, como Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), Atravessador, Empresa, e os camponeses comercializam com esses três agentes monopolizadores. Nesse sentido, o processo de monopolização ocorre quando o capitalismo não tem o poder de reproduzir integralmente as relações em uníssono a sua lógica (SHANIN, 1980). Nesse viés, as empresas usam instituições monopolizadoras, como é o caso da Guayapi Tropical, que utiliza o Consórcio e atravessador para obter a matéria-prima, produzidas pela força de trabalho dos camponeses. Assim, “é nessa forma de produzir no campo que se define a monopolização do território pelo capital: apropriação propriamente dita se dá no interior de relações não tipicamente capitalistas, em que os trabalhadores não estão despojados dos meios de produção” (PAULINO, 2006, p. 103).

Pode-se dizer que o Consórcio atua na compra de algumas comunidades do município Barreirinha-AM, tanto em comunidade camponesa e indígena. Entretanto, sua concentração produtiva está na área indígena. Desse modo, o Consórcio comercializa o guaraná para empresas internacionais, como Guayapi Tropical, que exporta para outros países, como Cingapura, Guiana Francesa. Porém, a maior parte vai para França, onde ocorre a distribuição e comercialização para o consumidor final.

Ademais, as comunidades camponeses estão associadas ao Consórcio desde o ano de 2008, exceto a comunidade de Freguesia do Andirá, esta comercializa somente para os atravessadores. Alguns camponeses desta comunidade relataram que não cultivam o guaraná, pois para eles é uma produção que exige muito trabalho, além disso, não há incentivo para a produção do guaraná pelas políticas públicas do município de Barreirinha. Além do mais, os compradores estão localizados na cidade de Parintins, por isso alguns deles preferem trabalhar com outro tipo de produção, como a mandioca, o açaí, que comercializam para o município Barreirinha.

Em uma das unidades de produção onde realizou-se a pesquisa de campo, observou-se a presença de um casal que trabalha com o guaraná. Os filhos já casados receberam o incentivo dos mesmos para cultivar o guaraná em suas propriedades, em que “o uso da natureza como meio de produção, em forma de propriedade, é básico para muitos grupos familiares para os quais a propriedade da terra é de quem nela trabalha e vive, isto é, a terra de trabalho” (COSTA; NUNEZ, 2012, p. 245).

Como mencionado anteriormente, alguns camponeses possuem sete hectares de terras que são utilizados para o cultivo do guaraná. Esses camponeses utilizam geralmente dois hectares de suas para o cultivo da mandioca. Nesse sentido, tudo que é cultivado pelos camponeses tem objetivo de satisfazer suas necessidades e comercializar. Conforme Costa (2012):

Na reprodução do modo de vida na unidade territorial de trabalho camponês o planejamento da (re) produção e pensado em função das necessidades da família, uma parte da família, uma parte daquilo que é produzido é dirigida para o consumo direto da família, outra parte é para levar ao circuito específico de mercado e com resultado da troca comercial adquirir produtos que não são produzidos no lote (COSTA, 2012, p. 374).

É possível afirmar que existem somente duas maneiras de obterem renda como resultado de suas produções: encontrarem pronta em seu *locus* de cultivo como (banana, limão, cheiro-verde dentre outras), ou seja, que não precisam passar pelo processo de indústria doméstica. A outra é produzida por meio de várias etapas de transformação da matéria-prima, como o guaraná que precisa descascar, torrefar, lavar, ou seja, vários processos são feitos na produção do guaraná, a mesma coisa na produção da farinha mandioca. Portanto, a força de trabalho é fundamental para se estabelecerem em sua unidade de produção.

O trabalho com o guaraná pode durar em torno de 6 a 7 horas, dependendo da força de trabalho familiar, que resultará na materialização das mercadorias. Para poder comercializar, cada filho vai ter especialidade no decorrer da produção do guaraná, isto é, na unidade vai existir uma organização social de trabalho que vai atuar no processo da fabricação, isso tornará a mercadoria materializada pelo fato da contribuição de todas as forças produtivas em uma única mercadoria.

Depois, o atravessador compra o produto, abaixo do seu valor, pois para o atravessador o valor da mercadoria que comprou do camponês não custou absolutamente nada comparado ao preço que comercializa para o mercado.

Assim, os camponeses vão até a cidade de Parintins levar o guaraná, geralmente utilizam barco de linha ou suas próprias embarcações para comercializar para o atravessador. O camponês comercializa para comprar outras mercadorias. Nesse âmbito, Arlindo e Almeida (2016) entendem que:

O campesinato nasce e se reproduz no seio do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, o processo de desenvolvimento do capital é contraditório, pois se realiza, ao mesmo tempo, por relações tipicamente capitalistas no campo, utilizando-se também, das relações não capitalistas, no caso do campo brasileiro (ARLINDO; ALMEIDA, 2016, p.82).

Nessa perspectiva, o capital se apropria da renda da terra camponesa, e a partir dessa apropriação começa-se o processo de exploração na produção camponesa, alguns camponeses tanto da comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal, como Barreira do Andirá, conseguem produzir de 5 a 8 sacas de guaraná, depende da quantidade de hectare de suas propriedades. Na mercadoria está o trabalho abstrato e o concreto, a força de trabalho vem como oculta, ou seja, todo o processo de atividades que foram exercidas pelas forças produtivas da família camponesa, desde a colheita até a venda, em que a mercadoria é trocada por dinheiro e entra na circulação. Assim, compreende-se o camponês como uma classe social de dentro da sociedade capitalista e não de fora dela, onde há a presença do capital se tem a mais-valia.

Além disso, na comunidade Barreira do Andirá, somente um camponês já comercializou em toneladas para o Consórcio, depois que houve o problema na gerência do Consórcio. O camponês começou a comercializar com a Coca-Cola no ano de 2019. Nesse sentido, por mais que o camponês tenha vínculo de cadastro com o Consórcio, este pode comercializar com outros agentes monopolizadores.

Vale pontuar que Barreira do Andirá se destaca na produção do guaraná, dentre as comunidades pesquisadas – Freguesia do Andirá, Divino Espírito Santo do Castanhal –, quando há finalização da safra do guaraná, os camponeses ensacam a semente do guaraná torrefadas em sacos de sarrapilhas, atingindo aproximadamente dez sacas.

Quando é o Consórcio que compra a produção do guaraná, os camponeses esperam os representantes irem até as comunidades recolherem a produção. O barco (figura 25) demora dias e até meses para retornar para Parintins, pois são muitas as comunidades que produzem o guaraná. Vale ressaltar que os camponeses da comunidade Divino Espírito utilizam rabetas (figura 26) para deixarem a produção na comunidade Barreira do Andirá, pois o barco de grande porte não adentraem época de seca, o que dificulta o trajeto.

**FIGURA 25: GUARANÁ SENDO TRANSPORTADO DAS COMUNIDADES, PARA A CIDADE DE PARINTINS**



**Fonte:** Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (2008).

**FIGURA 26: RABETA UTILIZADA PARA TRANSPORTAR O GUARANÁ**

Fonte: Aguilera (2021).

Cabe ressaltar que o dinheiro não é passado de imediato para os camponeses, eles esperam o Consórcio comercializa para as empresas Francesa e Italiana, quando estas executam o pagamento para o Consórcio, para então ser efetuado o pagamento para os camponeses. Como houve um problema na antiga gestão, no ano de 2018, o Consórcio demorou dois anos para pagar os camponeses pela compra do guaraná, estes pediram de volta toda sua produção pelo atraso do pagamento.

Sendo assim, a comercialização com os atravessadores se dá de forma diferente, pois os mesmos pagam preço baixo pelo kg do guaraná (R\$ 15,00) isso faz com que os camponeses precisem se deslocar até a cidade de Parintins para comercializar a sua produção. É importante considerar que os camponeses utilizam embarcações próprias, como rabetas, bajaranas<sup>12</sup> para irem até Parintins. Alguns camponeses relataram que preferem comercializar com o atravessador, pois estes pagam de imediato, o que possibilita aos camponeses comprarem outras mercadorias que não estão presente em sua unidade de produção.

No caso da Coca-Cola, o pagamento não é feito de imediato, são os representantes de uma Associação de Produtores Rurais pertencentes ao município de Parintins, que ficam responsáveis pelo pagamento do guaraná no município de Barreirinha, uma vez que esse município não tem Cooperativa ou atravessador

---

<sup>12</sup> Embarcações de pequeno porte utilizadas para transportar produtos até a cidade de Parintins.

responsável pela compra do guaraná, por isso a concentração de monopolizadores está presente na cidade de Parintins.

Para essas transações, o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé disponibiliza o seu próprio transporte (barco) tanto para transportar a mercadoria dos camponeses como dos indígenas até a cidade de Parintins, onde fica a sede do Consórcio. Em seguida, é feita a trituração do guaraná em máquinas, todas as sacas de guaraná que estão armazenadas no Consórcio. As sacas de guaraná são de comunidades diferentes tanto camponesas como indígenas (figura 27).

**FIGURA 27: PROCESSOS DE RECEPÇÃO DAS SACAS DE GUARANÁ**



**Fonte:** Acervo, Consórcio (2015).

A partir do ano de 2018 alguns camponeses passaram a não comercializar com o Consórcio, pois alguns não receberam o dinheiro pela venda do guaraná. Desse modo, alguns pediram a devolução da matéria-prima e comercializaram com outro agente monopolizador, a Coca-Cola.

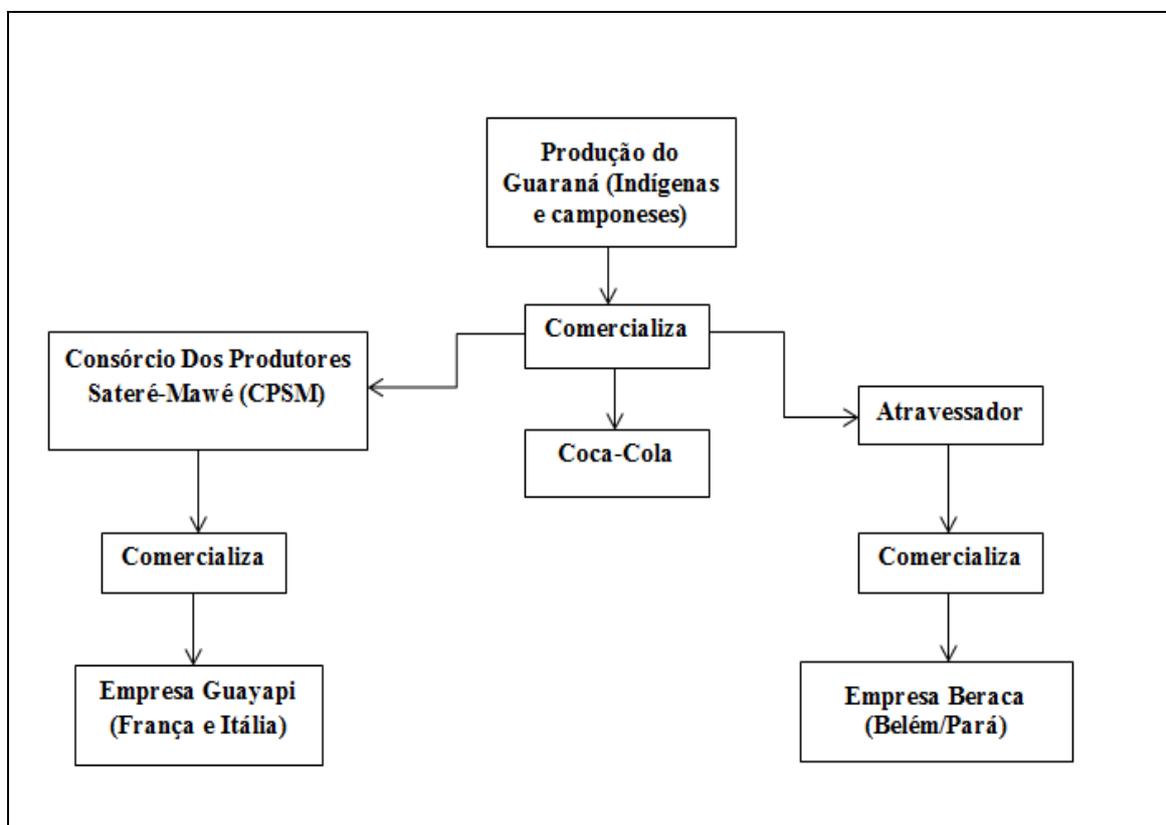
No Ano de 2020, retornaram a comercializar com o atravessador que, atualmente, comercializa para a empresa Beraca<sup>13</sup>, localizada em Anandideua (PA)

---

<sup>13</sup>É uma empresa familiar brasileira fundada em 1956, em São Paulo (SP), que atua nos mercados de água e efluentes; cosméticos; alimentos; veterinária. A empresa Beraca têm unidade na França, no Brasil, nos Estados de São Paulo, Goiás, Pernambuco, Ceará e Para, sendo a unidade de Anandideua, localizada na Rodovia BR-316, km. 08, s-n, quadra 3 lote. Fonte: Ata da Associação das Ilhas de Belém, Junho de 2010.

(diagrama 02), e também para algumas empresas francesas, com que fizeram parceria no mesmo ano.

**DIAGRAMA 2: PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DO GUARANÁ**



Fonte: Souza (2021).

No ano de 2020, o atravessador começou a comercializar o guaraná também para a Europa, com as devidas certificações. Da comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal foram 17 camponeses que se cadastraram, e puderam assim comercializar de forma correta para o mercado externo. Vale ressaltar que esses camponeses antes da criação do Consórcio já comercializavam com o atravessador.

No ano de 2019, a empresa Coca-Cola, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) e Associação dos Produtores Rurais do município de Parintins, fez a primeira compra da produção do guaraná na comunidade Barreira do Andirá. São os próprios representantes da Coca-Cola que vão até as comunidades tanto no município de Parintins como de Barreirinha, ou seja, não tem um atravessador específico da empresa.

Dessa forma, a mercadoria não é paga pelo valor total usada na força de trabalho na produção do guaraná pelos camponeses. A esse respeito, Oliveira (2007) afirma que:

Cabe esclarecer, neste momento, que o produto final do processo de produção não é mais-valia e sim a mercadoria. Essa mercadoria que sai do processo produtivo contém, aprisionada mais-valia. Numa palavra, é na produção que a mais-valia é gerada. Entretanto a sua realização só se dá na circulação dessa mesma mercadoria. É pois, no momento da circulação que o capitalista converte a mercadoria em dinheiro, e, portanto apropria-se da mais-valia, que é trabalho social não pago (OLIVEIRA, 2007, p.20).

Por isso, o princípio da base econômica dos camponeses é ter mercadorias, sempre no processo de vender e comprar outras mercadorias que estão na circulação do mercado para a sua unidade de produção. Uma das categorias utilizada para a compressão sobre a circulação da mercadoria é o *circuito espacial de produção*, usada por Milton Santos (1997). Para (CASTILLO; FREDERICO, 2010):

A noção de circuito espacial produtivo enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na recuperação social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (produtivo) (CASTILLO; FREDERICO, 2010, p. 463).

O Consórcio possui uma rede de comercialização e além de comercializar o guaraná, comercializa outros produtos com a Guayapi Tropical (figura 28), esta teve a logomarca (figura 29) fundada em 1990, pela Claudie Ravel, e se dedica na compra dos produtos oriundos de plantas tradicionais de suas terras de origem. No caso da comercialização com o Consórcio, as matérias-primas se concentram em alimentos da Amazônia (GUAYAPI, 2021).

**FIGURA 28: EMBALAGEM DA GUAYAPI**



**Fonte:** Acervo Consórcio (2021).

**FIGURA 29: LOGOMARCA DA EMPRESA GUAYAPI TROPICAL**



**Fonte:**Guayapi Tropical, 2021.

Portanto, assim como os camponeses dependem do mercado para comercializarem sua produção, os atravessadores, empresas e Consórcio também dependem dos camponeses para continuarem comercializando para o mercado externo. Nesse sentido, o capital se apropria da renda da terra. Segundo Paulino (2006):

A renda da terra é gerada pelo trabalho familiar e está contida nos produtos que os camponeses colocam no mercado, nos casos em que tais produtos se constituem matéria-prima para indústria, ou simplesmente ao intermediarem a relação entre produtor e consumidor final, se apropriar da renda da terra. Em outras palavras, sabendo-se que apenas o trabalho é capaz de criar valor, os capitalistas dele se apropriam, ao comprar a produção camponesa a um preço inferior ao valor trabalho nela contido (PAULINO, 2006, p. 110).

Cabe ressaltar que todos os agentes monopolizadores que estão envolvidos com a comercialização do guaraná estão localizados na cidade de Parintins, exceto a Coca-Cola.

### **3.2 Criação do Consórcio dos Produtores SateréMawée sua atuação nas comunidades camponesas na produção do guaraná orgânico**

Com o desenvolvimento do Projeto VinteQuilos, que se iniciou com o guaraná, surgiu o Consórcio que atua nas comunidades camponesas e indígenas. Antes de iniciar uma reflexão sobre a atuação do Consórcio, é necessário entender um pouco sobre o desenvolvimento das políticas internas, que dê origem à comercialização do guaraná.

O projeto VinteQuilo surge por meio dos líderes, ou seja, os tuxauas existentes em cada comunidade da área indígena, tendo como idealizador Obadias Batista, atual representante do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (2021). Algumas comunidades, tanto camponesas como indígenas, comercializavam com os atravessadores. Ao perceber o quanto eram explorados por estes, Obadias fundou o projeto VinteQuilos, com a intenção dos produtores não comercializarem com atravessadores ou qualquer política governamental que não fosse ligada ao projeto. Diante disso, em sua entrevista, Obadias (2018) contou que:

O projeto eu comecei a pensar em 1992 e eu tive muita dificuldade de implementar. Eu na época não tinha quem me ajudasse, mesmo estando como Secretário Geral da Coiab (Coordenação das organizações indígenas da Amazonia Brasileira) tinha uma assessoria que trabalhava fazendo projetos e lá também não foi aceito. De lá fui para o Conselho Indigenista Missionário e quando expliquei o projeto me disseram: *Obadias você tá querendo ser empresário, você não tá querendo ser liderança. Olha, a Funai já existe pra dar assistência a vocês aí você não precisa virar empresário*. Depois eu fui para as universidades em Manaus e lá eu encontrei o Dr. Hirochi, conversei com ele, gostou da ideia, mas disse que estava sem tempo pra ajudar a gente. Aí um dia no meu escritório bateu um gringo e se apresentou como Mauricio Fabrione, doutor em socioeconomia que queria falar com os Sateré. Falei pra ele de todo o projeto que eu queria fazer e depois que falei

tudo ele disse que o projeto começaria se idealizar. (Obadias Batista, Presidente do CGTSM, 2018).

As ideias de Obadias de 1992 somente se concretizaram no ano de 1996, quando foram enviadas as primeiras amostras –20kg de guaraná –, para a empresa Guayapi e para Instituição de Comércio Justo da Itália, que a partir de análises das amostras, foi aprovada a comercialização.

Porém, as exportações começaram somente no ano 1998, devido à regulação das certificações, organizadas pelo Consórcio dos Produtores. Para Alvarez (2009), do ponto de vista econômico, o projeto mostrou-se sustentável, pois os recursos adquiridos com a venda dos produtos são divididos em três partes: primeiro para o produtor, segundo para o financiamento do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM); e terceiro para as organizações não governamentais que financiam as atividades de comercialização. Portanto, o surgimento do projeto VinteQuilos, idealizado por Obadias em 1992, resultou na criação Consórcio dos Produtores SateréMawé (CPSM), no ano de 2008. (Figura 30).

**FIGURA 30: PLACA DE UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PARINTINS**



**Fonte:** Souza (2017).

De acordo com Ferreira (2017), esse acontecimento representa um mecanismo jurídico, político e administrativo, o qual indica interferências na organização política desta etnia. De fato, a criação do Consórcio institucionaliza oficialmente os processos

de produção e comercialização e, ao mesmo tempo, inaugura sua participação na dinâmica do mercado internacional e nacional. Para Sidney (2018):

O Consórcio surgiu a partir de uma necessidade, pois nós vínhamos trabalhando o projeto Waraná como era conhecido e depois ele se transformou em um projeto integrado de etnodesenvolvimento. Com o tempo, houve a necessidade de criar uma instituição que ficasse responsável realmente por esse processo de compra, beneficiamento, venda e exportação dos nossos produtos, não só do guaraná mas de outros produtos da sociobiodiversidade da terra indígena Andirá-Marau. Então a parti daí nós criamos o Consorcio em 2008 porque, anteriormente nós trabalhávamos com Conselho Geral da Tribo SateréMawé (CGTSM) que é a nossa instituição política, aí não tinha como a gente trabalhar com essa mesma instituição para a questão produtiva. Mesmo assim, o Consorcio é a 4º Secretaria de produção do CGTSM, apesar de ter um CNPJ específico é vinculado ao Conselho Geral (Sidney Sateré, ex-presidente do CPSM, 2018).

Pode-se perceber que o acordo para comercializarem o guaraná foi realizado, porém, o comércio internacional exigiu uma associação independente, Obadias atual presidente do Consórcio, afirmou que a associação não poderia ser desvinculada do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), porque “[...] o CGTSM é pra gente como se fosse uma prefeitura para governar esse território, com prefeito, vice-prefeito e seus secretários” (OBADIAS, 2019).

Além disso, de acordo com WEIL (2020), o projeto VinteQuilo está sob todas as ações desenvolvidas pelas Secretarias internas do Consórcio, uma vez que sustenta financeiramente as atividades desenvolvidas. Alvarez (2009) ainda observa que, mesmo que o projeto proporcione uma série de iniciativas integradas, a opção pelo mercado pode representar um risco de consolidação de um paradigma indigenista liberal. Em um sentido mais amplo, é possível que alguns sujeitos da base econômica tenham ideia sobre o mercado externo e suas contradições na comercialização do guaraná, por eles chamado de Waraná. A esse respeito, Sérgio Sateré em sua fala (2018) afirma que:

O Consórcio está dentro do comercio justo que não deixa de ser o capitalismo porque ocomercio justo é um capitalismo mais caro, onde o que se paga está acima do mercado. Mas esse capitalismo ele tem norma, ele tem regra ele tem suas leis de como você trabalhar sua terra sem destruir, sem degradar o meio ambiente, adubos químicos não podem ser utilizados ou algo assim. Dentre dessa forma a gente pensa que existem politicas boas que são do homem branco para os povos e existe politicas ruins que podem até ser boas para o homem branco, mas não são boas para nós indígenas (SERGIO SATERÉ, 2018)

Com base nisso, pode-se dizer que não é somente o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

(IDAM) que faz a visita técnica e incentiva os camponeses a produzirem, a empresa Guaypi também participa desse processo verificando como é realizado o cultivo e toda produção, pois a Guayapi compra somente produtos orgânicos.

Portanto, com a fundação do Consórcio, os camponeses se inseriram na política de organização dos indígenas. À vista disso, o Consórcio trabalha com 28 comunidades camponesas, dessas, três foram definidas para a presente pesquisa. Verificou-se que somente uma não tem vínculo com o Consórcio, que é a Freguesia do Andirá – as comunidades camponesas estão localizadas no rio Andirá.

A organização política do Consórcio é formada por um presidente, um tesoureiro, um secretário, conselheiros de administração, conselheiros de arbitragem e conselheiros fiscais. A estrutura administrativa é constituída por cinco órgãos a saber: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho de Arbitragem e Conselho Regulador da Identificação. Nas figuras 31 e 32 é possível visualizar a Sede Administrativa Unidade de Beneficiamento na cidade de Parintins-AM.

**FIGURA 31: UNIDADE ADMINISTRATIVA**



**Fonte:**Weil, (2020)

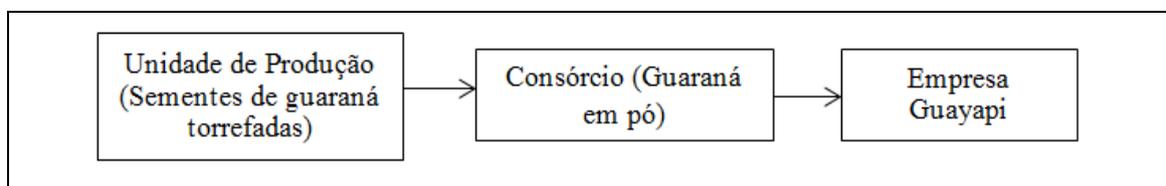
FIGURA 32: UNIDADE DE BENEFICIAMENTO



Fonte:Weil (2020).

Ainda sobre esse processo, os camponeses são responsáveis pela torrefação das sementes em fornos de barro. O Consórcio compra dos camponeses as sementes torrefadas e este fica responsável pela trituração das sementes, deixando-as em pó, e em seguida comercializa para a empresa Guayapi (diagrama 03):

DIAGRAMA 3: PROCESSO DA TORREFAÇÃO DO GUARANÁ



Fonte: Souza (2022).

Desse modo, o Consórcio embala o guaraná em pó em pacotes de 5 kg. Conforme na fala de Sidney (2018):

Os pacotes têm 5 kg e a gente coloca em caixa, cada caixa tem 20 kg. Colocamos em rótulos e mandamos para Manaus pra fazer todo aquele processo burocrático com o despachante. Depois é colocado em navio ou avião, depende da empresa que pede o produto. Se quiserem urgente a gente coloca no avião, se tiver com mais tempo, porque ainda tem no estoque, a gente manda de navio (SIDNEY, 2018).

As empresas que estão com parcerias na produção do guaraná são a *CTM altromercato* e a *Guayapi Tropical*. A primeira tem sede, a Itália, e é ligada ao núcleo do comércio justo. Já a segunda, é uma empresa francesa especializada em produtos da

floresta. Cabe destacar que a Guayapi é a principal revendedora dos produtos do Consórcio na Europa. Nesse sentido, observa-se na fala de Sidney (2018):

Tem muita coisa que eu acho que não está no comércio justo e que já está sendo um monopólio. Digo isso porque Portugal tá na Europa e quer negociar com a gente o guaraná, aí o representante internacional local diz: *não, vocês estão na Europa, se vocês quiserem comprar vão ter que comprar da Guayapi*. Isso é complicado porque nós temos guaraná aqui sobrando podendo negociar, mas tem que amarrar com uma instituição, (SIDNEY, 2018)

Dessa maneira, fica explícito como o desenvolvimento contraditório do capitalismo vem se desenvolvendo, ou seja, outras empresas têm interesse de comprar o guaraná. Porém, a Guayapi faz questão que comprem dela e não necessariamente do Consórcio, como bem ressalta Sidney Sateré “isso é complicado porque nós temos guaraná aqui sobrando podendo negociar, mas tem que amarrar com uma instituição”. Para Goldenstein (1986):

As características, remetem mais ou menos direto a um processo mais amplo de racionalização da dominação capitalista, é na etapa monopolista que a racionalidade da dominação capitalista parece atingir historicamente seu desenvolvimento máximo (GOLDENSTEIN, 1986, p.1).

O Consórcio firmou recentemente parceria comercial com a empresa Beraca, com sede em Belém-PA, em território nacional, isto é, tanto empresa nacional, como internacional controlam na organização do território no município de Barreirinha/AM.

Portanto, a produção do capital está relacionada à renda da terra, criada pela força de trabalho do camponês na produção do guaraná. Já a renda da terra se vincula à mais-valia, trabalho que não é pago pelo valor total aos camponeses das comunidades.

A empresa Guayapi, Weil (2020), paga o valor de €50 pelo quilo do guaraná, o equivalente a R\$300,00 para WEIL (2020):

O guaraná comprado pela Guayapi é utilizado como matéria prima de diversos produtos e também é comercializado *in natura* nos países da Europa. Em acesso ao site da empresa fica claro que além de ser um produto rentável, o guaraná representa uma importante estratégia de marketing com um apelo que enfatiza a procedência das raízes deste produto na cultura indígena da Amazônia (WEIL, 2020, p. 2007).

O Consórcio dos produtores comercializa para Guayapi diversos produtos oriundos da Amazônia. Como se observa no quadro 09, os preços dos produtos são em euros e em real.

**QUADRO 9: ALGUNS PRODUTOS QUE SÃO COMERCIALIZADOS PELA GUAYAPI TROPICAL**

	<p>€ 11,75/ R\$ 74, 11</p>
	<p>€ 27,35/ R\$ 172,50</p>
	<p>€ 13, 30/ R\$ 83,89</p>

Fonte: Souza (2021) adaptado de [www.guayapi.com](http://www.guayapi.com)

Assim, com a venda dos produtos pelo Consórcio, algumas comunidades indígenas são beneficiadas. A forma de produção do guaraná pelos camponeses é a mesma dos indígenas, mas não tem vínculos com os projetos integrados, uma vez que a comercialização do guaraná com o Consórcio em primeira instância somente era voltado para os indígenas. Os camponeses se inseriram posteriormente ao Consórcio, pois este é o agente monopolizador na cidade de Parintins que mais paga pelo quilo do guaraná, já que não se tem uma política econômica idealizadora no município de Barreirinha, ou seja, os camponeses estão sujeitos a comercializarem sua produção para os monopolizadores. Por isso que o valor é desigual para os camponeses. De acordo com Weil (2020):

No site da Guayapi o frasco de guaraná dos caboclos com 50g é vendido ao valor de €11,75 o equivalente a R\$73,52. Em sua descrição este produto é apresentado como um complemento da demanda do guaraná dos indígenas e mencionado como um guaraná de “segunda qualidade” que passou a ser comercializado para dar oportunidade de mercado aos “não indígenas” (WEIL,2020, p.208).

Ademais, Weil (2020),citando Sidney, afirma que a principal intenção de se incluir os camponeses no Consórcio era a valorização da produção, já que no mercado local o valor pago não compensava a força de trabalho dos camponeses, visto que a produção do guaraná precisa de cuidados, tem gasto anualmente com trabalhos acessórios na limpeza do guaraná. O guaraná tem cerca de 2,30m de altura (figura 33).De acordo com Sidney Sateré (2018),não podemos deixar de considerar que a produção dos caboclos é também um produto rentável ao Consórcio, uma média de lucro atrativa quando convertida em euros. Além disso, nem sempre a lógica produtiva dos indígenas acompanha a demanda dos compradores. Em termos de produção Sérgio Sateré afirmou que: “as 28 famílias de produtores caboclos juntas produzem umas 7 toneladas. Com produtores Sateré o maior que nós temos é 1 tonelada” (*apud* WEIL, 2020, p. 209, pesquisa de campo, 2018).

**FIGURA 33: ALTURA DA PLANTA DO GUARANÁ**



Fonte:Souza (2021).

### 3.3 A reprodução dos camponeses diante da monopolização do território

Na unidade de produção familiar, os camponeses criam e recriam seu modo de vida e suas territorialidades. Nessa conjuntura, o homem exerce sua própria ontologia quando usa a força de trabalho como ação transformadora do espaço geográfico. Na ciência geográfica, os estudos sobre agricultura levam ao processo de transformação do campo, beneficiando o desenvolvimento do capitalismo, e mesmo com esse desenvolvimento, o camponês também está se desenvolvendo, ou seja, vem resistindo às diversas investidas no capital no campo.

O território emerge como *locus* das ações espaciais que incidem, modificando as formas produzidas por meio das forças econômicas e políticas, isto é, pelo seu uso, o uso do território. Pelo capital ser monopolista elege lugares para, desse modo, se fixar, sem territorializa-se, o qual se manifesta a partir de relações comerciais específicas com o Consórcio local. A apropriação da vida do trabalhador é necessária para o metabolismo do capital, mas essa apropriação não quer dizer que o camponês seja considerado um escravo do capital. Embora a escravidão ainda exista, a apropriação de sua produtividade geral, a sua compreensão do espaço geográfico e o domínio sobre esta através de sua existência como corpo social, o desenvolvimento do indivíduo social que se apresenta como fundamento da produção e da riqueza.

Além disso, o capital incorpora elementos para a sua caracterização, como um sistema econômico busca submeter a sua lógica todos os lugares possíveis, como é o caso do Consórcio, empresas, atravessadores que são caracterizados pela localização produtiva. Desse modo, o capital extrai mais-valia, que vai além do limite determinado pela reprodução da força de trabalho e pagam aos camponeses de forma insuficiente pela força de trabalho e desgaste físico.

Os camponeses da comunidade Freguesia do Andirá, diferente das outras comunidades, comercializam somente para os atravessadores, pois estes pagam de imediato para os camponeses.

Na comunidade Barreira do Andirá, alguns camponeses comercializam para atravessadores, Consórcio e Coca-Cola. Em 2019, os camponeses não comercializaram mais para o Consórcio, pois, como já foi mencionado, este ficou em dívida com os camponeses. A partir disso alguns não quiseram também comercializar com o

atravessador, já que o preço é baixo, e não compensa a força de trabalho executada. Diante desse problema, no mesmo ano, surgiu o interesse da Coca-Cola pela compra do guaraná, e então os camponeses comercializam seu produto para esta empresa.

Nesse contexto, para a Coca-Cola comprar essa mercadoria, esta fez parcerias com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM e com uma Associação dos Produtores Rurais de Parintins. Nesse caso, a Coca-Cola não paga de imediato, e quem fica responsável por pagar os camponeses é Associação dos Produtores. Atualmente, são 14 comunidades que possuem cadastro com a Coca-Cola tanto nos municípios de Barreirinha como Parintins. O atravessador fixo compra o guaraná dos camponeses de Freguesia do Andirá, Barreira do Andirá. Essa realidade foi percebida nos trabalhos de campo, uma vez que alguns camponeses relataram que somente comercializavam com esse atravessador, e não foi citado outros. No ano de 2020, esse mesmo atravessador fez parceria com uma empresa europeia, a empresa Beraca, localizada na sede de Belém/PA. para Paulino (2012):

Convém lembrar que o sentido da monopolização do território pelo capital está exatamente na sujeição da renda da terra, para então se passar às especificidades do sistema de integração, uma das estratégias amplamente utilizadas pelos capitalistas (PAULINO, 2012, p. 119).

Diante da monopolização, os camponeses são a principal base para sustentação desse processo, e, mesmo assim, se reproduzem como camponeses. Assim, o modo de vida dos camponeses está inteiramente ligada à terra, às formas de produções e à organização social de trabalho.

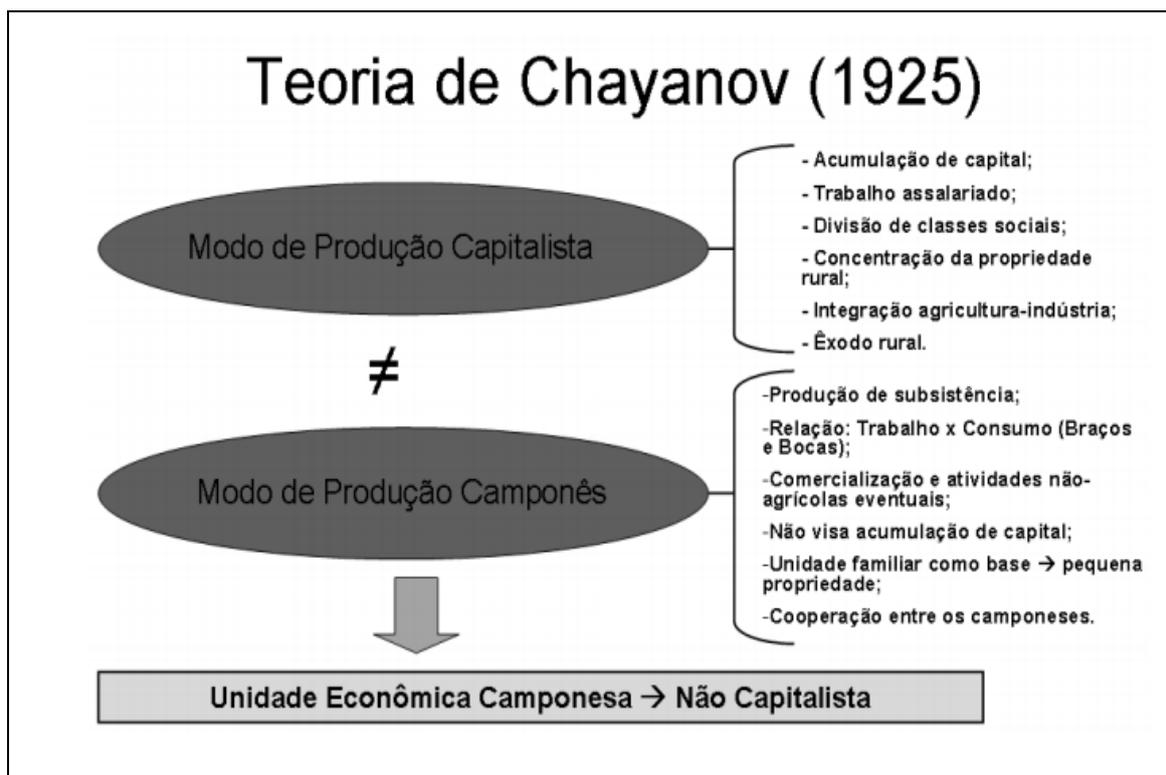
A respeito disso, na unidade os camponeses se organizam de maneira simples com um único objetivo, para eles é uma forma de conseguir mais mercadorias com o propósito da sustentação da família. Em alguns casos se tem o trabalho acessório, ou seja, precisa pagar para ajudar no trabalho, porém, não é assalariamento. Em outro sentido, na teoria de Chayanov argumenta-se que a família camponesa não contrata mão-de-obra fora do estabelecimento, o próprio camponês possui seus meios de produção, emprega sua força de trabalho em atividades não agrícola: manufatura, artesanato, os investimentos com elementos técnicos para a exploração agrícola, insumos, construções, compras de terras e dentro outros, ou seja, o produtor irá contabilizar os gastos necessários para suprir a necessidade da família.

No contexto da Amazônia, o camponês utiliza o trabalho acessório em alguns casos, principalmente no guaraná, pois é uma planta que dá frutos somente uma vez no ano, e ao longo do processo de desenvolvimento da planta, precisa-se de cuidados, limpeza, poda dentre outros. Sobre isso, Chayanov desvendou o papel da composição familiar dentro das unidades econômicas camponesas, em era um elemento chave no balanço trabalho consumo, portanto a força de trabalho tem um vínculo com os membros capacitados da família, para Chayanov (1974):

Por esoes que el limite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizado con la misma intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia (CHAYANOV, 1974, p. 47-48).

Desse modo, Chayanov (1974) estudou as diversas características internas, as quais mostram a resistência dos camponeses no campo, que mesmo com o desenvolvimento da monopolização no campo agrário, desenvolvem sua lógica no organograma 1 é possível visualizar essas ideias.

DIAGRAMA 4: PRINCIPAIS IDEIAS NA TEORIA AGRÁRIA DE CHAYANOV (1925)



Fonte: Chayanov (1974).Org.Flamarion Dutra Alves

Portanto, pode-se compreender que o camponês está inserido em uma lógica de equilibrar sua unidade interna, o qual possui dentro do núcleo uma dinâmica demográfica própria. Conforme Guimarães e Alves (2014):

A teoria Chayanoviana, se baseia na existência de um modo de produção doméstico camponês, ou seja, teoriza os sistemas econômicos não capitalistas. O autor estudou as características internas da unidade de produção camponesa, mostrando sua existência e resistência dentro do modo capitalista de produção, apontando inclusive a alternativa da cooperação como forma de organização e enfrentamento as grandes corporações do mercado. (GUIMARÃES e ALVES, p. 207).

Ademais, os camponeses do município de Berreirinha/AM mantêm o equilíbrio econômico em um certo momento dentro da sua unidade de produção. No caso da comunidade Divino Espírito Santo, existem famílias que possuem somente dois filhos, os pais educam, ensinam as técnicas de trabalhar com a terra, mas ao atingirem a faixa etária de se casar, alguns deles migram para outras cidades em busca de aprimorar os estudos, e alguns não retornam para o lugar de origem, porém, isso não se generaliza, pois existem famílias que os filhos permanecem nas terras, ou seja, se tem a

continuidade dos trabalhos dos pais na unidade de produção camponesa, em que formam suas famílias, e um novo ciclo se inicia na unidade.

É importante enfatizar que os camponeses estão sempre se reproduzindo em sua unidade, eles não são somente agricultores, mas também são coletadores, extrativistas, pescadores, criadores e seu modo vida é de acordo com o que a natureza produz. No caso do guaraná, existe época de cultivar, cuidar e colher, assim como nos roçados de mandioca. Na comunidade Divino Espírito Santo do Castanhal foi registrado camponeses trabalhando com a mandioca para produção da farinha, (figura 34):

**FIGURA 34: PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA**



**Fonte:** Souza (2021).

Geralmente os filhos ajudam no trabalho, o que torna a jornada de trabalho mais curta. A mandioca e o guaraná são a sustentação da base econômica camponesa nas comunidades estudadas. Algumas empresas monopolistas podem controlar um determinado território, porém os camponeses não são obrigados a trabalharem sempre para uma empresa monopolista. Como mencionado, os camponeses comercializam para o Consórcio e outros agentes monopolizadores, ou seja, tem-se outras alternativas de comercialização.

Nesse sentido, o guaraná quando é comercializado pelos camponeses já vai torrefado, pois os mesmos não têm em sua unidade a máquina de moer as sementes do guaraná. Esta atividade fica na responsabilidade dos agentes monopolizadores, uma vez

que possuem esses equipamentos para realizar esse trabalho. Os camponeses somente possuem a máquina de descascar o guaraná, como se observa na figura 35.

**FIGURA 35: MÁQUINA ADAPTADA PARA DESCASCAR O GUARANÁ**



Fonte:Souza (2017).

Não são todos os camponeses que possuem o maquinário, alguns camponeses ressaltaram que a máquina foi feita por eles, em um curso que fizeram em Belém (PA). Outros camponeses não possuem a máquina e são obrigados a utilizarem a força braçal. Eles fazem seus horários, geralmente trabalham de manhã e a tarde, pois o modo como vivem reflete o que eles são, e vale lembrar que trabalham para o sustento da família. Segundo Shanin (2008):

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidade encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E no encontro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Pode-se observar que os camponeses das comunidades estudadas não cultivam somente um tipo de cultura. Por isso sobrevivem às crises do mercado externo. Diferente das empresas, que por vezes entra em crises, quando há mínima tonelada que é comercializada pelos camponeses, ou por crises econômicas nos mercados. Os camponeses das comunidades estudadas conseguem produzir somente o que está ao alcance, visto que não possuem contratos com as empresas. Nesse contexto, para Shanin (2008):

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí a sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p. 27).

Os camponeses como autônomos, dono da sua própria produção, estão em constante trabalho, eles decidem o horário de sua atividade, não trabalham cronologicamente. Um dos elementos principal para a existência do camponês é a terra, terra de trabalho, de um modo geral a questão da apropriação da terra pelos camponeses, ainda se torna um problema, principalmente quando é terra grilada, onde há um luta constante pela terra, “luta pela terra é também uma luta contra o capital, o que fortalece ainda mais o significado da luta camponesa pela terra. O termo camponês e campesinato, se tornam referências políticas e ideológicas na luta de classes” (GUIMARÃES; ALVES, 2014, p. 07).

No caso dos camponeses do Amazonas, especificamente nas comunidades deste estudo, todos possuem suas próprias terras, as quais geralmente que perpassa de gerações a gerações.

Nesse sentido, a reprodução do camponês é entendida a partir das relações não capitalistas de produção, por isso, se diferencia da burguesia e do proletariado, pois não tem o raciocínio da burguesia agrária, e se constituiu em um sujeito social com seu modo de ser e viver, sua racionalidade está baseada na reprodução social da família. Conforme Santos (1978):

O camponês é a personificação de forma produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção - (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) –e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades, o processo de vender para comprar. (SANTOS. 1978, p. 69)

Nesse viés, o trabalho camponês é subordinado pela monopolização, “o trabalho camponês está subordinado, formalmente, ao capital, à medida que este estabelece um conjunto de determinações sobre seu processo de trabalho para suas particularidades”

(SANTOS, 1981, p.2). Dessa forma, mesmo sendo subordinado ao capitalismo por vender sua força de trabalho, o camponês não está inserido no modo de produção capitalista, uma vez que somente detém os meios de produção e não a circulação como as empresas estrangeiras possui.

Outrossim, o modo de vida do camponês é caracterizado pelo acesso à terra. No caso das comunidades estudadas, alguns camponeses possuem a certidão da terra. É comum os pais cederem um pouco de suas terras para seus filhos cultivarem, e estes não pagam a terra para se apossar. Em relação à terra “três situações podem se colocar para o camponês: ele ser *camponês-proprietário*, ser *camponês-rendeiro* (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro*, recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra” (OLIVEIRA, 2007, p.41).

Portanto, a terra é um dos elementos principais que caracterizam o modo de vida dos camponeses, já a terra para as empresas, é lucro, essas se apropriam da renda da terra. Contudo, antes não se tinha muitas empresas no campo, e sobre isso Chayanov argumenta que a agricultura ainda era pouco subordinada pelas empresas, ou seja, havia pouco domínio pelas empresas na agricultura. Porém, mesmo com investidas do capital no campo, atualmente o camponês ainda persiste, diferente da concepção de Lênin, que defendia o desaparecimento do camponês e de Kautsky, que afirmava que poderiam até permanecer, mas integrados às indústrias.

Sendo assim, a concepção de Chayanov prevalece atualmente, visto que os camponeses não são operários assalariados das empresas monopolizadoras, eles vão para os roçados de acordo com seus horários, produzem e colhem o que reflete o seu modo de vida.

É possível perceber que a renda da terra é essencial para a reprodução do capital, uma vez que este desenvolve suas próprias contradições, tendo como princípio a subordinação do trabalho do camponês e principalmente a renda da terra. De acordo com Santos (1981):

A reprodução subordinada do campesinato vai ocorrer, em um primeiro nível, pela subordinação do trabalho camponês ao capital. A exploração da força de trabalho camponesa efetiva-se pela conversão dessa forma de produção em viveiro de força de trabalho (SANTOS, 1981, p.3).

Com base nisso, observa-se que é por meio da força de trabalho que as empresas monopolizadoras conseguem obter a renda da terra. Shanin observa que os camponeses

conseguem se recriar em sua unidade de produção, porque “a economia familiar é um elemento mais significativo para compreendermos que o camponês é um modelo geral de campesinidade” (SHANIN, 2008, p. 34).

Contudo, existem alguns camponeses que não possuem os instrumentos para fabricação do guaraná, ou seja, realizam suas atividades nos fornos de barros dos vizinhos, ou dos parentes próximos. (Figura 36):

**FIGURA 36: UNIDADE DE PRODUÇÃO CAMPONESA**



Fonte: Sanae (2017).

Cabe enfatizar que o camponês (re)significa o seu modo de vida pelas técnicas de trabalho, a maneira como estão habituados a trabalharem. Porém, varia de acordo com cada tipo de produção, no caso da mandioca, existe ajuda mútua, ou seja, colaboração de outras famílias que ajudam. Na produção do guaraná não existe ajuda mútua, mas sim o trabalho acessório, a pessoa somente trabalha se pagar. Entretanto, não perdem sua identidade como camponeses, suas técnicas são aprimoradas, o que transforma seus espaços de produção.

No contexto da caracterização do camponês, é necessário entender sua organização social de trabalho. Para isso, Shanin (2005) oferece uma importante contribuição ao apresentar algumas especificidades do camponês:

As unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo mundo. Particularmente o grupo doméstico camponês, mas também a aldeia e a rede mais ampla de interação social, como um centro mercantil e o anel local mais baixo da autoridade estatal, são, de longe, facilmente reconhecíveis para os

camponeses geralmente compartilham com os trabalhadores rurais, artesão, pequeno burocratas e pequenos capitalistas (SHANIN, 2005, p.3).

É importante compreender como os camponeses desenvolvem uma relação mercantil com os mercados e com as instituições políticas, que estão envolvidas na produção ou nas assistências técnicas, visto que o modo como vivem depende do mercado externo para se reproduzirem. Nesse sentido, Shanin (1980) deixa claro algumas características da classe camponesa:

a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (SHANIN, 1980, p. 50).

A partir dessa perspectiva, é possível observar essas particularidades na pesquisa de campo, feita na Amazônia, principalmente no que diz respeito à agricultura como a principal fonte de sobrevivência pelo campesinato. Nessa conjuntura, cada família camponesa tem sua propriedade, sua unidade básica da organização econômica e social, em que, normalmente, possuem os roçados, seja da mandioca ou guaraná. Assim, é possível observar como algumas empresas se apropriam da força de trabalho camponeses a partir de forças externas, como a monopolização.

Sendo assim, entender as relações sociais de produção e reprodução dos camponeses é compreender o seu universo, pois a sua territorialidade “está intimamente relacionada como as pessoas usam a terra, como organizam o espaço e como dão significado ao lugar” (SACK, 1986, p. 2). Além disso, esta pode ser entendida por meio da observação de que parece ser simples, mas possui complexidades que formam o modo de vida dos camponeses com base na apropriação dos recursos naturais, uma vez que estes controlam o espaço geográfico. Através desse processo, o território ganha significado, o qual é marcado pela relação de poder, sob os aspectos econômicos, político, social.

Desse modo, o território é palco das relações de poder, das lutas de classes, em que existem diversos interesses, principalmente para lógica capitalista, age contraditoriamente sobre aquele. Ademais, no decorrer das ações do Estado é evidenciado o processo de produção/distribuição/circulação/consumo, como argumenta Oliveira (2013):

Como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/ modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações

superestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de sua produção de sua existência (OLIVEIRA, 2013, p. 74).

Assim sendo, é importante ressaltar as características do processo de monopolização do território pelo capital, nas quais esta pesquisa é baseada, em que os camponeses são os principais protagonistas dos meios de produção, pois sem produção não há circulação de mercadoria, como no caso do guaraná, no município de Barreirinha-Am.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs analisar a questão da produção do guaraná e sua monopolização pelo capital no município de Barreirinha/AM, em que existem diversos agentes monopolizadores que controlam o território, por meio da comercialização do guaraná, onde há uma rede de comércio, tendo como principal sujeito desse processo o camponês, que trabalha com a produção do guaraná.

As referências teóricas sobre a monopolização do capital permitiram a compreensão desse processo, principalmente na compreensão de como se articula a organização do território. Os principais sujeitos são os camponeses, e os agentes monopolizadores dependem da renda da terra, o que favorece a formação de uma rede de comercialização, pois a produção do guaraná se dá no seio da unidade de produção. Desse modo, para as empresas capitalistas, o que sempre vai importar são as localizações produtivas, visto que designam a organização do território.

Na cidade de Parintins/AM existem políticas que são engajadas na rede de comercialização do guaraná, mas não se tem uma cooperativa no município de Barreirinha, que é comprometida com o comércio dos produtos e principalmente com o guaraná. A matéria-prima *in natura* é comercializada com o Consórcio, atravessadores, e a Coca-Cola. Esses agentes monopolizadores atuam em nível nacional e internacional. No caso do atravessador, no ano de 2020 iniciou parceria com a empresa Beraca, localizada na cidade de Ananindeua e com uma empresa europeia, pois o guaraná ultrapassou fronteiras e territórios, e alcançaram o lugar global.

Nesse sentido, foram analisados os agentes monopolizadores e os sujeitos sociais que influenciam no território, visto que “as relações sociais de produção e processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território”(OLIVEIRA, 1999, p. 74).

A empresa Guaiapy está territorializada na França, mas o circuito espacial da produção, força de trabalho estão localizados no Brasil, mais especificamente nas cidades de Manaus, Parintins e Barreirinha no Estado do Amazonas. Parintins, onde os agentes monopolizadores estão situados: Consórcio e atravessador; em Manaus está localizada a empresa Coca-Cola. Já a localização produtiva, ou seja, a base que sustenta os monopólios estão na cidade de Barreirinha-AM e Maués-AM.

Os camponeses são os principais protagonistas desse processo, pois seu modo de vida está estruturado na terra, terra de produção, de sobrevivência, uma vez que é por meio dela que podem satisfazer suas necessidades. O camponês, ao se relacionar com a terra cria vínculos que jamais, mesmo na distância, podem ser desintegrados, já que é o modo vida dele. No entanto, a fixação de renda é desigual no território, os camponeses produzem mais mercadorias somente para suprir suas necessidades básicas, diferentemente do capitalismo, que se desenvolve por meio das suas contradições no mercado.

Desse modo, o capital consegue ver a terra somente como elemento de especulação e não como modo de vida, pois o modo de produção capitalista está ligado à renda da terra, ou seja, a circulação de mercadorias, “o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadorias no seu sentido restrito, mas sim modo de produção, de mais-valia” (OLIVEIRA, 2007, p.20).

No município de Barreirinha-AM não se tem a expropriação dos camponeses, eles são proprietários de suas terras. Contudo, isso não significa que são capitalistas, o que é observado é o trabalho acessório, alguns camponeses pagam para outro camponês trabalhar na produção do guaraná, visto que a família camponesa é composta pelos filhos, e alguns deles continuam seus estudos na cidade e não ficam na unidade para ajudar os pais na produção, em outros casos, a família é composta por três pessoas, e a jornada de trabalho não é o suficiente para o adiantamento da produção. O trabalho acessório ainda é muito utilizado pelas famílias camponesas.

Os registros sobre a comercialização do guaraná datado século XVII, e os pioneiros dessa domesticação foram os indígenas Sateré-Mawé. Maués foi o maior produtor de guaraná do Estado do Amazonas, atualmente o estado da Bahia se tornou o destaque na produção do guaraná. Vale ressaltar que são sete estados que produzem o guaraná: Bahia, Amazonas, Mato grosso, Rondônia, Pará, Acre e Santa Catarina.

A produção do município de Barreirinha-AM é destinada para ao Consórcio, este comercializa com a empresa Guayapi, isso porque “a Guayapi é a principal cliente e revendedora dos produtos do CPSM na Europa” (WEIL, 2020, p.206). Nesse processo, existe a inserção do atravessador, neste caso, o mesmo não precisa ir até as comunidades para comprar o guaraná, os camponeses vão à cidade de Parintins vender o guaraná que é pago no ato na compra. Antes o atravessador comercializava para Belém,

atualmente comercializa para uma empresa internacional, pois segundo os camponeses, precisaram se cadastrar e principalmente o selo do produto, já que qualquer produção enviada para o comércio estrangeiro precisa de um selo.

À vista disso, observa-se o circuito espacial da produção, pois é “a categoria que contribui para a análise da circulação da mercadoria, adicionando as relações sociais que nela estão envolvidas” (BILLACRÊS, 2013, p. 62). Os camponeses são os principais protagonistas desse processo, uma vez que estão trabalhando constantemente em sua unidade de produção, sua base sustenta os agentes monopolizadores e por fim as empresas estrangeiras.

Ademais, o cultivo do guaraná no município de Barreirinha é domesticado pelos indígenas e camponeses, a maior parte de sua produção fica localizada em área indígena. Alguns dos agentes monopolizadores insistem em comprar somente o guaraná orgânico dos camponeses e indígenas, pois a cultura do guaraná para os indígenas é não perder a sua essência, sendo que as empresas estrangeiras somente compram produtos sem o uso de produto químico. Dessa forma, o que é pertinente pelas empresas estrangeiras é o cultivo do guaraná orgânico, produzido tanto pelos camponeses como indígenas. No caso da Coca-Cola, não se tem exigências quanto ao protocolo da produção de guaraná.

Cabe enfatizar que no município de Barreirinha não se tem a presença da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Além disso, a empresa Guayapi tem os próprios técnicos que vão até o município de Barreirinha fazer a visita técnica, pois como ressaltado, a empresa somente compra o guaraná orgânico, e o Consórcio e atravessador são os agentes monopolizadores da empresa Guayapi.

Portanto, o que fica evidente é a forma como o capitalismo se apropria da renda camponesa da terra, da força de trabalho, visto que somente estes elementos que os camponeses podem oferecer. Nesse contexto, é por meio da monopolização que a renda da terra pode ser apropriada e submetida para diversos setores capitalistas, “a existência do campesinato não deve ser vista como algo descolado do capitalismo, mas como parte integrante desse modo de produção” (PAULINO, 2012, p.45).

Desse modo, pode-se compreender que o camponês é uma personificação do capital, uma vez que “na unidade produtiva camponesa, combina-se a produção de meios de vida, necessário a sua manutenção como produtor” (SANTOS, 1978, p. 22). Outrossim, os camponeses das comunidades estudadas possuem o guaraná como herança dos indígenas, o que se diferencia é o aprimoramento na produção do guaraná, como as máquinas, embora alguns camponeses ainda utilizem o trabalho manual ao descascar o guaraná, o que aumenta a penosidade, ou seja, a jornada de trabalho, pois o que se verificou foi somente o trabalho acessório pago na limpeza do guaranazal, e não na etapa final desse processo.

Com esse estudo verificou-se que na produção do guaraná há problemas como antracnose, porém não é motivo de abandono das áreas de cultivo. Os camponeses sempre verificam como solucionar o impasse. Observou-se também que alguns galhos de guaraná são queimados para não disseminar, é uma forma de combater os fungos, que é comum aparecer no fruto do guaraná.

Foi possível notar também, que os camponeses têm influência no uso da territorialidade, suas produções variam em cada época do ano, ou seja, não trabalham apenas com o guaraná, e sim, com a mandioca, banana, jenipapo, limão e dentre outros. Nas comunidades é bastante comum as famílias trabalharem com a produção da mandioca, entretanto o guaraná é sua principal base econômica atualmente.

Além disso, observou-se que existem agentes monopolizadores diferenciados na compra de guaraná em algumas comunidades, ou seja, alguns camponeses comercializam somente com o atravessador, outros tanto para o Consórcio como atravessador. Nesse processo, o que se percebe é que novos agentes monopolizadores surgem, formando uma rede de comercialização no município de Barreirinha-AM, sendo que a produção se concentra nesse território.

Assim, a comercialização do guaraná para os camponeses tem seu lado vantajoso, pois sem os agentes monopolizadores, não teriam para onde escoar sua produção, visto que não se tem uma cooperativa no município de Barreirinha-AM.

No que tange ao processo de monopolização do território pelo capital na produção do guaraná no município de Barreirinha-AM, são diversas as articulações que as empresas usam para atingir seus objetivos, seja por associações, agentes

monopolizadores dentre outras. Nesse sentido, o que é pertinente é o desenvolvimento do camponês diante das investidas do capital no campo, sendo que o camponês tem como objetivo satisfazer suas necessidades materiais, simbólicas e culturais, a terra tem um valor para o camponês, pois a propriedade não é um domínio para gerar riquezas, tudo é mediado conforme suas necessidades e suas especialidades, uma vez que o tempo do camponês é o tempo da natureza, que esta estruturada na sua dinâmica, já que seu modo de vida está baseado nos recursos naturais, e não na acumulação de lucro, como as empresas nacionais e internacionais almejam.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juliana. **Memória dos brasileiros: saberes e fazeres: o guaraná de Maués**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2007.

ALMEIDA, Jean Reis de. **Organizações indígenas e as estratégias para a gestão do território: Uma análise a partir do Consórcio dos Produtores Sateré- Mawé (CPSM)**. Dissertação- PGSS. (Mestrado)- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2021.

ALVAREZ, G. O. **O ritual da Tocandeira entre os Sateré-Mawé: Aspectos simbólicos do Waumat**. Série Antropológica, Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, nº 369, p. 2-18, 2005.

ALVES, D. F. GUIMARÃES, A. R. **Importância das teorias agrárias para a Geografia rural**. Mercador- Revista de Geografia da UFC, vol. 8, núm. 16, 2009, pp. 147-156. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil.

ARLINDO, M. A. S e ALMEIDA, R. A. Contribuições para a compreensão da questão agrária e campesinato no Brasil. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiro**- Seção Três Lagoas- MS-Nº 23- Ano 13, Maio 2016.

ARAUJO, Eliseu de Serra. Sobre as categorias valor e preço da força de trabalho em Marx. *In: XIX Encontro Nacional de Economia Política*, 2014, Florianópolis - SC. XIX Encontro Nacional de Economia Política - Anais, 2014.

BASTOS, A. T. **Guaraná orgânico Ecodesenvolvimento e Comércio Justo**. IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Brasília/DF. 3 a 5 de novembro de 2013.

BEGOSSI, A. (org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 255-284.

BILLACRÊS, M. A. R. **Circuito espacial de carne bovina no Estado do Amazonas**. Manaus: UFAM, 2013.

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. *In: Archiodistudiurbani e regional, anno IV*, nº 2, junho, 1973.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A importância da categoria valor de uso na teoria de Marx. *In: RenakBertholdo David Neves. (Org.). Trabalho Estranhamento e Emansipação*- Coleção NIEP- Marx Vol. 1ed, Rio de Janeiro: Consequência, 1998, p. 161-185.

CASTRO,E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Belém, 1998.

CASTILLO, R. e FREDERICO. **Espaço geográfico, produção e movimento:** uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.

CEPLAC. **Guaraná.** 2011. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/guarana.htm>.

CHAYANOV, A. V **La organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CORRÊA, R. L. **Espaço:** um conceito-chave da Geografia. *In:* CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da Costa (Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas.**- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

COSTA, L. F. B. da. **Cultivadores de guaraná:** um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-Am. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, Manaus, 2017.

COSTA, R. C. Costa; NUNEZ, C. V. **Biodiversidade:** Usos Sociais e Bioprospecção. *In:* DOMINGUES, H. M. B. *et. al.* (Org.). **Histórias das Substâncias Naturais:** Saberes tradicionais e Química. Rio de Janeiro/Paris: Museu de Astronomia e Ciências Afins e Coedição Institut de Recherchepour Le Développement, 2012.

COSTA-INPA, R. C. **Etnoconhecimento:** Saber Local e a Mundialização. III Encontro ANPPAS, Brasília – DF, 2006.

CRUZ, M. de J. M. da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia.** (tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

FERREIRA, A. A. F. **Wara:** Ensaio sobre as interferências do comércio justo na formação política das lideranças sateré- mawé. Tese Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia- Universidade Federal do Amazonas-UFAM, Manaus, 2017.

FIGUEROA, A. L. G. **Guaraná, a máquina do tempo dos Sateré- Mawé.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 11, n. 1, p. 55-85, jan.-abr., 2016.

FRAXE, T. J. P. **Homens Anfíbios:** Uma etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

GOLDENSTEIN, G.T. **Trabalho e dominação no capitalismo monopolista:** Um esboço de sistematização. *Artigos. Ver. Adm. Empres.* 26 (4) Dez. 1986.

GUIMARÃES, A. R e ALVES, S. A. **Teorias agrárias e as resistências camponesa**. Revista Eletrônica Geoaraguaia. Barra do Garças-MT. V 4, n.2, p 204 - 220. Julho/Dezembro. 2014

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. RJ: Bertrand, 2014.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação**. Embrapa: Brasília-DF, 2014.

INSTITUTO <[https://futuro.socioambiental.org/?gclid=CjwKCAjwx46TBhBhEiwArA\\_DjJCWTbnlseyhUhoDLtk7e6wBhHEDvagLPUV3\\_mdFgn8iQsBUIXhJxoCyJEQAvD\\_BwE](https://futuro.socioambiental.org/?gclid=CjwKCAjwx46TBhBhEiwArA_DjJCWTbnlseyhUhoDLtk7e6wBhHEDvagLPUV3_mdFgn8iQsBUIXhJxoCyJEQAvD_BwE)> Acessado, 2021.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAZZARATO, M. NEGRI, A. **Trabalho imaterial**. São Paulo, 2001.

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LORENZ, S. S. **Sateré Mawé: os filhos do guaraná**. São Paulo: Centro de trabalho indigenista, 1992.

LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas na Época Imperial**. 2ª. Edição. Manaus; Editora Valer, 2007.

MARTINS, J. S. A batalha do conhecimento e o fundamentalismo popularista. *In: Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARX, K. **A mercadoria**: Jorge Gaspar traduz e comenta. São Paulo: 2006.\

MARX, K. **Para crítica da economia política**: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. A economia vulgar. Tradução de Edigard Malogoliet *al*. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MARX, K. H; ENGELS. **A Ideologia Alemã**. Introdução de Jacob Gorender; Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. - São Paulo: Martins Fontes 1998.

MEHR, C.B. *et. al.*, **Supercritical carbon dioxide extraction of caffeine from guaraná**. J. of Supercritical Fluids, vol. 9, p. 185-191, 1996.

MITSCHEIN, T.; PINHO, J.; FLORES, C. **Plantas amazônicas e seu aproveitamento tecnológico**. Belém: UFPA/DimlerBenz, 1993.

MONTEIRO, M. Y. **Antropogeografia Cadernos da Amazônia**: conselho nacional de pesquisa. Manaus, 1965.

NETO, A. S.; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período Brasileiro**: Algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR.

OLIVEIRA JR, P. H. B. **Ribeirinho e Roceiros**: gênese, subordinação e resistência camponesa em Gurupá-PA. Dissertação de Mestrado, USP, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. 88p.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**/ 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A.U. A geografia agrária e as transformações territoriais recente no campo brasileiro. *In*: CARLOS, A.F. Org. **Novos caminhos da geografia**. 6. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

OLIVEIRA, A.U. Modo de produção capitalista, Agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. *In*: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, p. 63-110 (1999).

OS FILHOS DO GUARANÁ 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3368-os-filhos-do-guarana>> Acessado 2021.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma Geografia dos camponeses**. Editora UNESP, São Paulo, 2006.

POLTRONIERI, M. C. **A cultura do guaraná/ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental**; Brasília: Embrapa-SPI, 1995.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, T. D. **Caracterização do Consórcio de Produtores SateréMawé localizado no município de Parintins** (AM). (Monografia). Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Itacoatiara, 2018.

RAVENA, N.; MARIN, A. E. R. **A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial**. *Varia história*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 50, 395-420, mai/ago 2013.

RAVENA, N. **O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas**. *Revista Novos Cadernos NAEA*, v. 8, p. 125-149, 2005

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SACK, R. **Human Territoriality. Its theory and history**. Cambridge University Press, (1986).

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. Ed. Hucitec. São Paulo, 1978.

SANTOS, J.V.T. **A reprodução subordinada do campesinato**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 2 (2) 109-117, 1981.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. Editora Hucitec. São Paulo, 1997.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO (SEMPA). <<https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/barreirinha/t/orgaos-publicos-municipais>> Acesso: 2020.

SERAFIM, L. **Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965.

SERRÃO, A. M. **Colônias agrícolas e campesinato: Raízes de uma nova territorialidade no médio rio Amazonas, município de Urucará-Am**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, Manaus. 2018.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e novo em uma discussão marxista. *In: Estudos CEBRAP*, n. 26, Editora Vozes, 1980.

SILVA, D. B. **A presença do léxico indígena nas toadas do boi-bumbá de Parintins.** Dissertação (Mestrado em Letras e Artes). Escola Superior de Artes e Turismo. Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2015.

SOUSA, R. A. D. CONCEIÇÃO. **O camponês e o trabalho:** analisando a importância do excedente social. Revista Pegada – vol. 11 n.1. junho/2010.

UGGÊ, H. **As bonitas histórias dos Sateré-Mawé.** Imprensa oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1991.

VENTURI, L. A. B. **Recurso natural:** A construção de um conceito. Geosp- espaço e tempo, São Paulo, 2006.

WITKOSKI, A. C. Terra, **floresta e água:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Edua, 2006.

WEIL, G. A. **Trabalho associado e agricultura sustentável na produção do guaraná em maúes:** resistência, r-existência e subordinação. Tese apresentada para o Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas- UFAM, Manaus, 2020.